



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

CDSA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**A ONG CENTRO VIDA NORDESTE NO ENFOQUE DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL**

MARIA DO SOCORRO MENEZES

Orientador: Prof. Dr. Albericio Pereira de Andrade

**OUTUBRO - 2011
SUMÉ-PB**

MARIA DO SOCORRO MENEZES

**A ONG CENTRO VIDA NORDESTE NO ENFOQUE DO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E AMBIENTAL**

Monografia apresentada ao curso de especialização em Educação Contextualizada para convivência com o semiárido brasileiro do UAEDUC da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Orientador: Prof. Dr. Albericio Pereira de Andrade

**OUTUBRO - 2011
SUMÉ-PB**

M543o Menezes, Maria do Socorro.

A ONG Centro Vida Nordeste no enfoque do desenvolvimento social e ambiental do Semiárido / Maria do Socorro Menezes. – Sumé - PB: [s.n], 2011.

XX f.

Orientador: Pro. Dr. Alberício Pereira de Andrade.

Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Curso de Especialização em Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido Brasileiro.

1. Educação Contextualizada. 2. ONGs - Semiárido. 3. Exploração Sócioambiental. 4. Educação Ambiental. I. Título.

CDU: 37:504(043.3)

MARIA DO SOCORRO MENEZES

**A ONG CENTRO VIDA NORDESTE NO ENFOQUE DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL**

Aprovado em __07__ de __outubro__ de 2011

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberício Pereira de Andrade – Orientador

Prof^a. Dra. Alecksandra Vieira de Lacerda

Prof^a. MSc. Maria da Conceição Miranda Campelo

Média Final __10 (dez)__

À DEUS pela lição de amor, por tudo que fez sem ao menos eu saber, proporcionando-me a realização desta conquista e este sonho profissional que agora eu realizo.

AGRADECIMENTOS

À Deus,

“Tantos seriam os momentos de fracasso se não fossem vossas mãos a erguer-me, para que prosseguisse em meus passos”;

Ao orientador,

Prof. Dr. Albericio Pereira de Andrade, pela orientação, paciência e valiosas contribuições para meu crescimento profissional;

Aos Mestres,

Agradeço pela partilha do saber, pela conquista do nosso carinho e amizade através do convívio na sala de aula, pelo exemplo de dedicação, de doação, de dignidade pessoal e, o mais importante, amor pelo que fazem;

A Ariane Loudemila, Doutorada do PPGZ, pela contribuição nas correções e sugestões;

A Minha mãe querida, espelho de amor, a quem agradeço tudo que sou;

Agradeço ainda, àqueles que dedicaram seu tempo e sua experiência para que esse momento fosse, além de tudo, um aprendizado de vida, meu muito obrigada;

RESUMO

MENEZES, M. do S. **A ONG ‘Centro Vida Nordeste’ no enfoque do desenvolvimento social e ambiental.** Sumé – Paraíba, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, Unidade Acadêmica de Educação do Campo – UAEDUC, da UFCG. Outubro de 2010. 51p.il. Monografia. Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido brasileiro. Orientador: Albericio Pereira de Andrade.

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar a atuação da ONG Centro e Vida Nordeste no âmbito do município de Prata no enfoque da sua contribuição para o desenvolvimento social e ambiental da região e, como consequência para a educação contextualizada e ambiental nas escolas locais e o uso sustentável da caatinga. Para tanto foram aplicados questionários, contendo perguntas feitas com base proposta de atuação da ONG, junto aos produtores rurais, população da cidade sede e escolas (estudantes e professores) do município. Aplicou-se 100 questionários, sendo 40 na zona rural e 60 na sede do município, seguindo a mesma área de cobertura utilizada pelos Agentes Comunitários de Saúde. Os resultados foram tabulados e analisados em forma de Figuras contendo a distribuição percentual para cada variável contida no questionário. Constatou-se que grande parte dos usuários da ONG é do sexo feminino, a maioria com faixa etária entre 24 a 34 anos, 20% possuem segundo grau completo e 60% vivem na sede da cidade. Uma parte dos entrevistados passaram pela ONG de uma forma que manifestou boa aceitação das atividades praticadas por esta organização. O uso da caatinga pelas pessoas é diversificado e demonstram ter certo conhecimento das espécies mais comuns desse bioma. A maioria das pessoas da zona rural que busca a ONG se enquadra como pequeno agricultor, tendo aproximadamente 25 cabeças de animais. É evidente que as atividades da ONG são mais voltadas à zona urbana do que a rural, possivelmente, em decorrência de sua proximidade da sede do município.

PALAVRAS CHAVE: educação ambiental, organização social, semiárido

ABSTRACT

MENEZES, M. S. **The NGO 'Centro Vida Nordeste' in the focus of social and environmental development.** Sume - Paraiba, Center for Sustainable Development in the Semiarid - CDSA, Academic Unit of Rural Education - UAEDUC, UFCG. October 2010. 51p.il. Monograph. Specialization Course in Contextual Education for Coexistence in the Semiarid Brazil. Advisor: Albericio Pereira de Andrade.

Abstract: This study aimed to research aims to analyze the performance of the NGO Centro e Vida Nordeste, city of Prata Paraiba in the focus of their contribution to social and environmental development of the region and consequence for education in local schools contextualized and sustainable use caatinga. Therefore, we used questionnaires containing questions based on proposed activities of the NGO, with rural producers, the population of the host city and schools (students and teachers) in the municipality. Was applied 100 questionnaires, 40 were in rural areas and 60 in the town, following the same range used by Community Health Agents. The results were tabulated and analyzed in the form of graphs containing the percentage distribution for each variable contained in the questionnaire. It was found that most users of the NGO is female, in the majority aged between 24 and 34 years, 20% have completed secondary school and 60% live in the headquarters city. Most respondents already passed by the NGO in one form or another, and shows good acceptance of the activities performed by this organization. The use of caatinga by the people is diverse and shown to have some knowledge of the most common species of this biome. Most people in rural NGO that seeks to fit as a small farmer, and mostly less than 25 heads of animals. It is evident that the activities of NGOs are focused on more urban than rural areas, possibly due to its proximity to the seat of the municipality.

KEY WORDS: environmental education, semiarid, social organization

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	x
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1. INTRODUÇÃO	01
2. REVISÃO DE LITERATURA	02
2.1 As organizações sociais no Brasil e sua importância no contexto da sociedade	03
2.1.1. O papel político das ONGS	05
2.1.2 A ONG Centro Vida Nordeste	05
2.2 O semiárido brasileiro	06
3. OBJETIVOS	10
3.1 Objetivo Geral	10
3.2 Objetivos Específicos	10
4. METODOLOGIA	11
4.1 Caracterização do município de Prata	11
4.1.1 Localização e Acesso	11
4.1.2 Aspectos Socioeconômicos	11
4.1.3 Aspectos Fisiográficos do Município	12
4.2 Localização da ONG centro e vida nordeste	12
4.2.1 Caracterização da ONG centro vida nordeste	12
4.3 Aplicação dos questionários	14
4.4 Procedimentos e análise dos dados	15
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
6. CONCLUSÕES	33
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo o gênero, no município de Prata-PB.16
- Figura 2 - Distribuição percentual do universo de pessoas consultadas que moram na zona rural e urbana no município de Prata-PB.....18
- Figura 3 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a faixa etária, no município de Prata-PB.19
- Figura 4 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo o grau de formação escolar, no município de Prata-PB.....20
- Figura 5 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a natureza da fonte de renda, no município de Prata-PB.....21
- Figura 6 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo o acesso ao abastecimento de água no município de Prata-PB.....22
- Figura 7 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a forma como armazena a água proveniente da chuva no município de.....23
- Figura 8 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a fonte de abastecimento de água domiciliar no município de Prata-PB.....24
- Figura 9 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a principal fonte de água usada no município de Prata-PB.....25
- Figura 10 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a forma de exploração da Caatinga do município de Prata-PB.....25
- Figura 11 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo o tamanho do rebanho criado nas propriedades rurais do município de Prata.....27
- Figura 12 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a forma de estoque de forragem nas propriedades rurais do município de Prata PB.....28

- Figura 13 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo as espécies vegetais de maior utilização animal nas propriedades rurais do município de Prata-PB.....29
- Figura 14 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a aquisição de algum produto produzido pela ONG Centro e Vida Nordeste, localizada do município de Prata-PB.31
- Figura 15 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas conforme avaliam a atuação da ONG - Centro e Vida Nordeste, localizada do município de Prata-PB.....31
- Figura 16: Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas que executaram alguma atividade na referida da ONG - Centro e Vida Nordeste, localizada do município de Prata PB.....32

1- Introdução

Historicamente, o Semiárido brasileiro tem sido caracterizado como um espaço pouco relevante, cheio de problemas e miséria, com recursos naturais de baixa potencialidade, os seus habitantes seriam pessoas resignadas, teimando em sobreviver em tais condições. Essa visão era centrada mais no imaginário do que na realidade, o tratamento dado à região foi sempre com base na sobrevivência.

As propostas de desenvolvimento, comumente propostas, quase sempre partiam do princípio de que é necessário modificar o Semiárido. Assim, ao longo dos tempos, a região foi inserida dentro de um modelo de desenvolvimento sem valorização de suas condicionantes sociais, culturais e ambientais. Na verdade, poucos projetos têm procurado contextualizar o Semiárido, em um conceito realista de suas inúmeras vantagens, desde que busquem uma exploração sustentável.

Na falta de políticas públicas apropriadas para a região Semiárida a sociedade foi de certa forma colocada a margem do desenvolvimento vivenciado em outras regiões do Brasil, a exemplo da sul e sudeste. As políticas voltadas para o Semiárido têm muito mais enfoque no assistencialismo do que no desenvolvimento socioeconômico. Neste vácuo surge as organizações sociais, de certa forma, ocupando o papel do Estado. Ganha visibilidade na região pelo seu papel de atuar junto aos diferentes segmentos da sociedade.

Com o advento da Nova República, os Movimentos Sociais ampliaram a sua atuação e, inseridas neles, as Organizações Não-Governamentais – ONGs - passam a ocupar um lugar de destaque na conjuntura democrática nacional. Vinculadas diretamente às demandas populares, elas inauguram, no âmbito da sociedade civil organizada, um fazer interativo técnico-político, como um instrumento de combate à exclusão social e ao elitismo político, instituindo a própria esfera pública, como espaço mais amplo do que o de atuação dos governos (VAINSENER, 2001).

Essa característica constitui-se em um ganho da sociedade brasileira como um todo, contribuindo para o surgimento de uma concepção mais

integrada entre direitos e políticas públicas, com destaque para as sociais. Preocupação essa, até então, ausente nas agendas de reivindicações dos veículos de representação popular, nas definições do sistema de proteção nacional e nos planos de desenvolvimento.

Como as demais organizações sociais a ONG Centro Vida Nordeste implanta-se no município de Prata – Paraíba, como uma entidade social e ambientalista que se propõe buscar o desenvolvimento do homem nordestino de forma ambientalmente correta e socialmente justa. Objetivo-se analisar a atuação da ONG Centro Vida Nordeste no âmbito do município de Prata no enfoque da sua contribuição para o desenvolvimento social e ambiental da região, conseqüentemente, para a educação contextualizada e ambiental nas escolas locais e o uso sustentável da caatinga.

2 - Revisão de literatura

2.1 As organizações sociais no Brasil e sua importância no contexto da sociedade

Na década de 1980, o termo ONG adquiriu um significado de agente articulador entre os programas de desenvolvimento e as políticas sociais, passando a designar, prioritariamente, nos cenários nacionais e internacionais, como as entidades privadas sem fins lucrativos, voluntárias, autônomas, descentralizadas e vinculadas às questões locais (AZEVEDO, 2004).

Assim, o compromisso político num determinado momento histórico, os seus objetivos estão fundamentados em questões comunitárias abrangentes e ultrapassam os interesses econômicos particulares e de poder de seus membros. Possuem, ainda, uma cultura organizacional evidenciada por um sentido de identidade muito forte, ao qual se atrela a sua missão social. Na década de 1990, esse tipo de organização consolida mais uma característica, sendo reconhecida como peça importante na formação de uma rede internacional de solidariedade, cujo fio condutor é a reivindicação dos direitos de cidadania, em escala mundial.

No Brasil, especificamente, as ONGs fazem parte dos novos movimentos sociais e têm como pontos de convergência, os princípios do desenvolvimento humano e do alargamento da participação cidadã. Elas apresentam uma grande diversidade, principalmente temática, variando desde as entidades ligadas ao meio ambiente e aos grupos feministas (MENEZES, 1997).

Quando questiona-se o papel do Estado em termos prestação de serviços como saúde e educação, bem como em relação à participação (cada vez mais incisiva, eficiente e preocupada com os interesses coletivos) das várias entidades da sociedade civil de caráter público-não estatal, depara-se com a problemática de como aproveitar todo o potencial dessa esfera social (conhecida como terceiro setor).

Essa "problemática" de como chamar a sociedade organizada a participar encontra-se paradoxalmente no risco da parceria Estado-

Sociedade organizada ser um mero instrumento de legitimação da saída pura e simples do Estado de setores em que sua atuação, no mínimo, subsidiária é imprescindível.

No caso brasileiro, tal risco se reflete na possibilidade de subjugar, em discursos propensos à relativização do conceito de cidadania, uma grande camada da população (incapaz de ser "cliente" da empresa eficiente na qual o Estado pretende se transformar) à exclusão daqueles direitos supramencionados.

Brasil (2000) divulga a Lei n.º 9637/98 enfocando "publicizar", como o advento das "organizações sociais", saúde, educação, cultura, produção científica e tecnológica, e preservação do meio ambiente. Consequência disso é que, a título de resolver tal problemática, numa Reforma minimalista do Estado, tem-se um instituto jurídico altamente "maleável" às conveniências de uma "privatização dissimulada".

A análise de como as organizações sociais poderiam representar ou não um ganho efetivo na sociedade brasileira, além da novidade do instituto jurídico, respalda-se na forma como o seu processo de implementação será feito em termos de reforma e não desconstrução da estrutura de serviços sociais.

As ONGs segundo MEIRELLES (1991) é um elemento essencial na gestão das políticas públicas, não só no exercício do controle social e na sua execução, como na realização de parcerias diversas com órgãos públicos, na realização de consultorias, capacitações, estudos, desenvolvimento de projetos pilotos e metodologias inovadoras no campo social.

Portanto, verifica-se ainda a existência de mecanismos arcaicos e ineficientes de repasse dos recursos para as organizações da sociedade civil, e realizações das ações de interesse público. Por outro lado, os mecanismos institucionais de participação social nas políticas públicas (como os conselhos e conferências) são fragmentados e não dialogam entre si.

Em geral, os diversos órgãos estatais, responsáveis pela gestão das políticas públicas no país ainda não incorporaram uma visão ampliada da esfera pública e a legitimidade das organizações da sociedade civil na co-gestão das políticas (MEIRELLES, 1991).

2.1.1 O papel político das ONGS

Atualmente predomina-se o senso de denominação e subordinação como sustentáculo da nossa razão política. A sociedade civil brasileira não tem o suficiente para conseguir colocar na agenda nacional as afirmações dadas a sua diversidade singular. Nesse processo de evolução merece destaque o papel político desempenado pelas ONGs (Organizações Não Governamentais), cujo motivo de existir produz naturalmente situações de constantes embates na dinâmica social e suas diferentes circunstâncias. A concentração excessiva de poder e riqueza prevalecente no Brasil causa um inconveniente embaraço cultural e social aos avanços em favor do equilíbrio democrático.

As ONGs têm se defrontado com o agravamento desse problema à medida que ganha corpo uma ampla campanha de alteração em uma imagem. A infantaria dos órgãos oficiais e da iniciativa privada avançou diluindo o significado da expressão ONG ao chamar desta forma um sem-número de organizações com semelhança jurídica, mas imbuídas dos mais variados propósitos.

2.1.2 A ONG Centro Vida Nordeste

No município de Prata-PB, em uma área de 3 ha (hectares) em plena caatinga funciona a ONG Centro Vida Nordeste, chamado de Espaço Conviver, um Centro de Referência para o Nordeste, em tecnologias de Convivência com o semiárido e fontes renováveis de energia , apoiando o homem do campo em ações de capacitação , inclusão social, educação ambiental e contribuindo para as políticas governamentais de fixação do homem no campo na geração de emprego e renda.

O Espaço Conviver utiliza materiais alternativos e é abastecida por energia solar e eólica. Sua estrutura física é composta de escritórios, um auditório, salas de aula, refeitório, biblioteca e videoteca, conectadas a internet. A bibliografia é especializada em temas do semiárido.

Na área da sede estão expostas, para serem difundidas, várias tecnologias sociais de Convivência com o semiárido nas diversas áreas:

habitação, saneamento, saúde, educação, água, energias, alimentação, entre outras.

A Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e /ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação.

Está ONG é baseada na disseminação de soluções para problemas voltados as demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras (CARTILHA ESPAÇO CONVIVER, 2010).

2.2. O semiárido brasileiro

A caracterização do Semiárido brasileiro, comumente descrito na literatura disponível, tende a minimizar a importância dessa região, pois sempre enfoca num contexto centrado uma visão concebida muito mais no imaginário do que na realidade da sua dimensão, importância e potencialidades.

Enfoca-se muito nos aspectos da sobrevivência em vez de enfatizar a possibilidade de se viver condignamente nesta região. As propostas do desenvolvimento para a região, em geral, parte do princípio da necessidade de modificá-la para poder melhor aproveitar seu potencial (ANDRADE et al., 2006). Daí, falar-se muito mais da seca do que a questão hídrica e das potencialidades da região.

A raiz dessa distorção pode estar associada à forma de ocupação e exploração do Semiárido. Saliencia-se que a ocupação do Semiárido ocorreu por motivação do domínio de grandes extensões de terras significando poderio político dos seus donatários.

Essa ocupação também foi motivada por uma atividade econômica rentável: a criação de gado nas grandes fazendas para abastecimento da área canavieira e, posteriormente, da mineração. Com o lento processo de

ocupação dos sertões, a ênfase da política colonial passou a ser a fixação dos colonos e de suas atividades produtivas (SILVA, 2010).

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e como adequar-se a ele. Não se trata mais como a acabar com a seca, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, respeitando as leis de um ecossistema que embora frágil, tem riquezas surpreendentes (MALVEZZI, 2007).

Fruto dessa visão distorcida, preocupada em modificar a semiaridez ou em introduzir práticas viáveis apenas para os meses de boas chuvas, ao longo dos anos têm-se constatado níveis de antropismos que tendem a simplificar os ecossistemas, ocasionando desequilíbrios ambientais, intensificação dos processos de desertificação e mudanças climáticas.

Os graves impactos negativos oriundos da ação do homem, resultando em desertificação e mudanças climáticas, nos mostram os desafios de serem necessários novos modelos de ação para o Semiárido. Considerando a complexidade e fragilidade do ecossistema, torna-se patente a necessidade de estudos mais detalhados, multi e transdisciplinares, para explorar as potencialidades da região de forma sustentável (ANDRADE et al., 2006).

Portanto, investir na Educação, Ciência e Tecnologia no Semiárido deve ser a principal base para se proporcionar condições dignas de vida para seus habitantes e reduzir as desigualdades sociais. Entretanto, implantar políticas efetivas na Educação, Ciência e Tecnologia na região Semiárida permanece um grande desafio para a sociedade e para os governos locais.

Infelizmente, a seca e a escassez de água no semiárido ainda são apontadas, na maioria dos trabalhos, projetos de pesquisa e desenvolvimento regional, como as causas da miséria que atinge a região. No entanto, uma simples comparação com outras regiões áridas e semiáridas do mundo revela o falseamento dessa questão.

A existência de populações miseráveis ou ricas em diferentes regiões áridas e semiáridas do mundo aponta muito mais para os diferentes padrões de ocupação ao longo da história como a principal razão dos desníveis regionais existentes (CASTRO, 1994, 1996), onde construíram uma cultura de desenvolvimento segundo as potencialidades da região do que as suas condições climáticas.

A associação entre clima e pobreza revela um tratamento determinista da questão que contamina, mesmo inconscientemente, boa parte da produção intelectual e cultural disponível sobre a região, como demonstra Ribeiro (2000). Na verdade o Semiárido brasileiro tem potencialidades e uma alta diversidade da sua flora, fauna e microorganismos, porém, ainda pouco conhecida e valorizada.

A maior parte da região Semiárida é ocupada por uma vegetação xerófila, de fisionomia e composição florística variada, denominada caatinga. Fitogeograficamente, o bioma caatinga ocupa cerca de 11% do território nacional, abrangendo os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e o norte de Minas Gerais.

A caatinga ocupa cerca de 800.000 km² do Nordeste, o que corresponde a 70% da região. É um bioma singular e apresenta grande variedade de paisagens, riqueza biológica e endemismo. O ecossistema semiárido reúne a maior diversidade espacial e temporal de paisagens do país (DRUMOND et al. 2000).

É importante salientar que a vegetação da caatinga é decorrente dos fatores climáticos marcantes da área semiárida que, por sua vez, está associada aos tipos de solo, ao relevo e a rede hidrográfica da região. Estes fatores resultaram em tipos de vegetação xerófila muito especial, característica das paisagens que compõe esse ecossistema (ANDRADE-LIMA, 1981). Explorar as potencialidades do semiárido de forma sustentável e economicamente viável exige a compreensão dinâmica da natureza a qual deve ser entendida e respeitada.

Na verdade, pouco se tem a fazer para explorar as potencialidades do semiárido, o que é necessário é aprender com a diversidade da natureza dessa região e pensar conceitualmente a semiaridez como um fenômeno natural e recorrente, não podendo se constituir em surpresa anual como comumente acontece (ANDRADE et al., 2006).

Portanto é preciso compreender que historicamente, a maioria das instituições, políticas, planos e dos programas para o Semiárido brasileiro tem se limitado a propor “soluções” para seus “problemas”, relegando a um segundo plano as grandes potencialidades. Portanto, chegou o momento de romper esse *paradigma das adversidades* e construir o *paradigma das*

potencialidades do Semi-Árido brasileiro.

3 - Objetivos:

3.1 Objetivo geral:

Analisar a ONG Centro Vida Nordeste, no enfoque da sua contribuição para o desenvolvimento social e ambiental entorno do município de Prata-Paraíba.

3.2 Objetivos Específicos:

- Avaliar a contribuição da atuação ONG Centro Vida Nordeste para a educação contextualizada e ambiental;
- Avaliar a possibilidade de contribuição da ONG na sustentabilidade da caatinga e para a convivência do homem e da mulher nas condições do município de Prata-PB;
- Avaliar a influência da atuação da ONG sobre a população urbana e rural;
- Conhecer a visão populacional do município sobre a ONG Centro Vida Nordeste e o Semiárido como região.

4 - Metodologia

4.1 – Caracterização do município de Prata

4.1.1 - Localização e Acesso

O município de Prata localiza-se na Microrregião Prata e na Mesorregião Borborema do Estado da Paraíba. Possui uma área de 192 km² representando 0,3402% do Estado, 0,0124% da Região e 0,0023% do território brasileiro. A sede do município possui uma altitude aproximada de 577 metros, distando 252,5 Km da capital. O acesso é através das rodovias BR 239/BR 412/PB 110, sentido a capital da Paraíba – João Pessoa.



Figura 1 - Mapa do Estado da Paraíba enfatizando em amarelo a localização do município de Prata-PB (disponível no Portal da prefeitura de Prata-PB)

4.1.2 - Aspectos Socioeconômicos

O município foi criado em 1955, possui uma população de aproximadamente 3.685 habitantes, sendo 2.218 na área urbana. O índice Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.608. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano-PNUD (2000), são registrados 0(zero) domicílios particulares permanentes com banheiro ligados à rede geral de esgoto, 527 domicílios particulares permanentes com abastecimento ligado à rede geral de água, e 585 domicílios particulares permanentes têm lixo coletado. Existem 10 leitos hospitalares, em 02 estabelecimentos de saúde

prestadores de serviços ao SUS. O ensino fundamental tem 716 matrículas e o ensino médio 131.

4.1.3 - Aspectos Fisiográficos do Município

O município de Prata está inserido na unidade geoambiental da depressão sertaneja, que representa a paisagem típica do Semiárido nordestino, caracterizada por uma superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas. Esses relevos isolados testemunham os ciclos intensos de erosão que atingiram grande parte do sertão nordestino.

A vegetação é composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia. O clima é do tipo Tropical Semiárido, com chuvas de verão. O período chuvoso inicia-se em novembro com término em abril. A precipitação média anual é de 431,8mm. Os solos nos patamares são compridos e tem baixas vertentes do relevo e suave ondulação que ocorrem como os planossolos, mal drenados, fertilidade natural média e problemas de sais, os solos luvisolos são rasos e tem fertilidade naturalmente alta, já os solos luvisolos são drenados e possui fertilidade natural média, os solos neossolos são rasos, pedregosos e fertilidade natural média.

4.2 - Localização da ONG centro e vida nordeste

A pesquisa foi realizada no Espaço Conviver, sede da ONG Centro Vida Nordeste, localizado na Fazenda Peniel, Zona Rural do Município de Prata – PB.

4.2.1 Caracterização da ONG centro vida nordeste

Conforme as informações disponíveis na página da internet, a ONG - Centro Vida Nordeste é uma entidade social e ambientalista de atuação no Semiárido brasileiro, que busca o desenvolvimento do homem nordestino de forma ambientalmente correta e socialmente justa.

Trabalha contra a exclusão e as desigualdades sociais, desta forma ampliando a cidadania e a constituição dos direitos. Segundo as informação da ONG, é o homem inserido no contexto em que vive o Semiárido nordestino.

O Semiárido nordestino apresenta uma vegetação Caatinga, bioma único no mundo, constituído em sua maioria de espécies, animais e vegetais de formação endêmica. A ONG dispõe de um rico patrimônio natural, cultural, histórico, artístico e arquitetônico disponível em sua sede.



Tabela 3: ONG Centro Vida Nordeste

Fonte: site da ONG Centro Vida Nordeste

Todo este patrimônio está inserido no bioma Caatinga (as cidade e a vida rural) é de uso do homem do Semiárido, que muitas vezes utilizam de forma depredatória, daí a necessidade de uma intervenção, neste ponto, é que atua o Centro Vida Nordeste, de forma a permitir a harmonia do desenvolvimento no conceito da sustentabilidade.

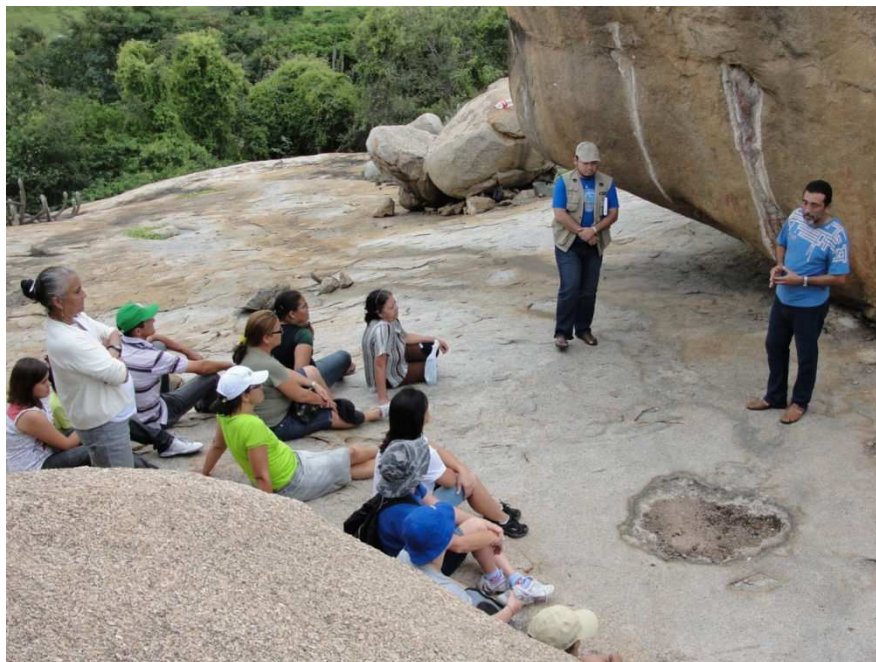


Tabela 4: ONG Centro Vida Nordeste

Fonte: site da ONG Centro Vida Nordeste

A ONG Centro Vida Nordeste tem a missão de promover através da educação, uma consciência ao homem do semiárido, das riquezas e possibilidades de conviver harmonicamente no seu habitat, disponibilizando-lhe de tecnologias sociais, fontes renováveis de energia, gerando emprego, renda, ações de capacitação e inclusão social, melhorando a comunidade.

4.3 - Aplicações dos questionários

Foram aplicados questionários junto aos produtores rurais e população urbana, residências e escolas (estudantes e professores), do município de Prata - PB, com a finalidade de buscar informações sobre a atuação da ONG - Centro Vida Nordeste. Com essas informações teve como objetivo identificar algumas características importantes da sociedade em relação à atuação a ONG Centro Vida Nordeste, aos inerentes à educação, conservação do meio ambiente e alguns aspectos sobre qualidade de vida.

Para a determinação dos dados optou-se pela aplicação de questionários, previamente elaborados, contendo questões objetivas de forma que reduza a resistência e intimidação dos declarantes eliminando a subjetividade na coleta das informações (TELES, 2005). O número de

questionários aplicados foi baseado na metodologia de amostragem proposta por Rocha (1997), conforme a equação:

$$n = \frac{0,96 * N}{\{0,01 * (N - 1) + 0,96\}}$$

em que:

n = número de questionários aplicados;

N = número total de habitantes na unidade considerada.

O modelo do questionário pode ser encontrado no Apêndice. No cálculo do número de questionários a serem aplicados foi considerado que a população do município era de 3.854 habitantes, conforme os dados do IBGE coletados em 2010.

Pela equação foram necessário 93,691 questionários como amostra representativa. No estudo foram aplicados 100 questionários, sendo 40 na zona rural e 60 na sede do município, seguindo a mesma área de cobertura utilizada pelos nove Agentes Comunitários de Saúde. Os resultados foram tabulados e analisados em forma de figuras tipo pizza, contendo a distribuição percentual para cada variável contida no questionário.

4.4 - Procedimentos e análise dos dados

A análise dos dados foram feitas por comparação quantitativa, qualitativa e por interpretação dos valores percentuais contidos nas figuras.

5 - Resultado e discussão

Com base nos dados obtidos nos questionários aplicados junto à população rural e urbana do município de Prata, pode-se fazer uma análise, embora sem grande profundidade, sobre a atuação da ONG Centro Vida Nordeste.

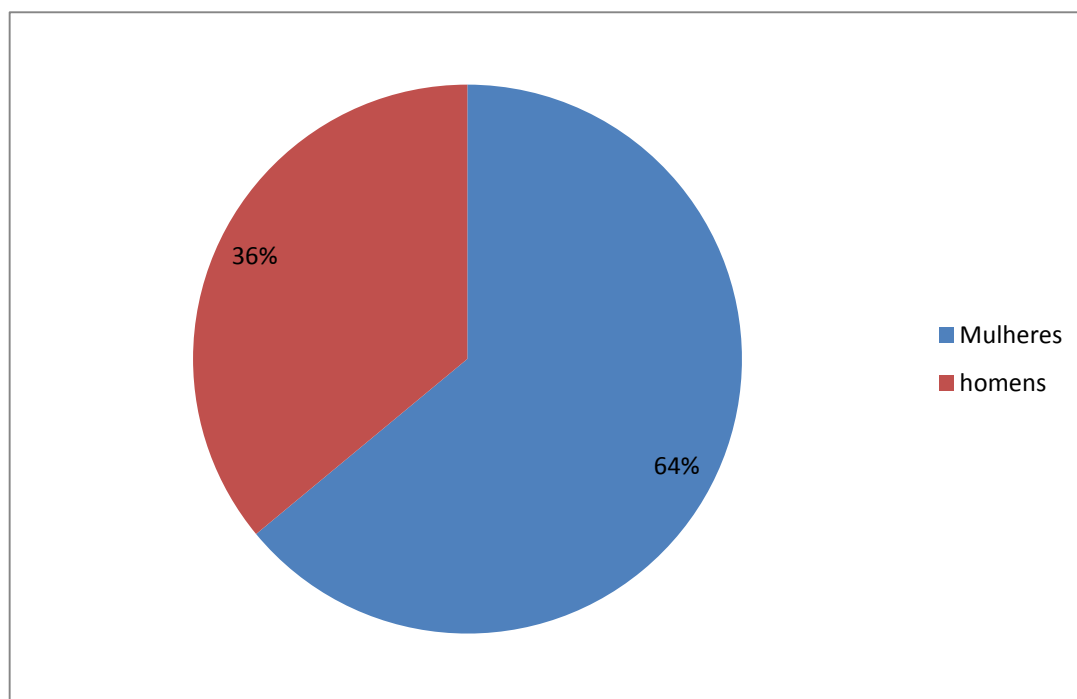


Figura 1 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo o gênero, no município de Prata-PB.

Com relação ao sexo, observa-se na Figura 1, que 36% do sexo masculino freqüentam a ONG e 64% sexo feminino, ou seja, as mulheres participam de alguma atividade nesta organização. Possivelmente esta procura seja pelo fato da ONG Centro Vida Nordeste atuar em muitas atividades direcionada as mulheres, inclusive propiciando sua participação em mini-cursos sobre como cuidar da terra, dentre outros temas, tendo como enfoque a convivência com o Semiárido.

No contexto das mudanças culturais, destacam-se as contribuições ONGs que vem trabalhando com mulheres, é importante lembrar que a consolidação da democracia social está sujeita a ruptura com o padrão

patriarcal, contido na concepção dos ideais transformadores e conseqüentemente, diretivos de modelos operacionais.

Segundo Scott (1991) ressalta as relações de poder, que encerra essa construção tanto nos espaços públicos quanto privados da sociedade. Esse mesmo autor afirma a ênfase que coloca-se sobre o gênero não ser explícita, porém constitui-se em uma dimensão da organização, igualdade e desigualdade.

Esses significados são atribuídos aos homens e mulheres que se produzem e reproduzem através de relações dominantes. Essas relações fazem parte das proposições e determinações políticas, ou seja, afirmar que a mesma é neutra e significa criar um impedimento concreto aos caminhos da sociedade rumo à práticas solidárias e participativas de gestão pública, com repercussões diretas sobre os espaços privados. Tratando-se de um ciclo vicioso, no qual as relações de opressão e exploração do gênero favorecem a manutenção das desigualdades no conjunto da sociedade (SCOTT, 1991).

Já OLIVEIRA (1995) compreende a formação de um amplo movimento de mulheres sem enfatizar a notável contribuição que o movimento feminista em formas próprias e variadas. É uma democratização ao nível cotidiano, portanto, tem tudo para ser radicalizada, numa sociedade tão desigual, que os mais otimistas não são capazes de suspeitar.

Diante desses aspectos, a ONG Centro Vida Nordeste vem desempenhando um papel importante na valorização da mulher. Portanto, é fundamental para a inserção da mulher nas atividades de campo o tratamento igualitário em conjunto com o homem.

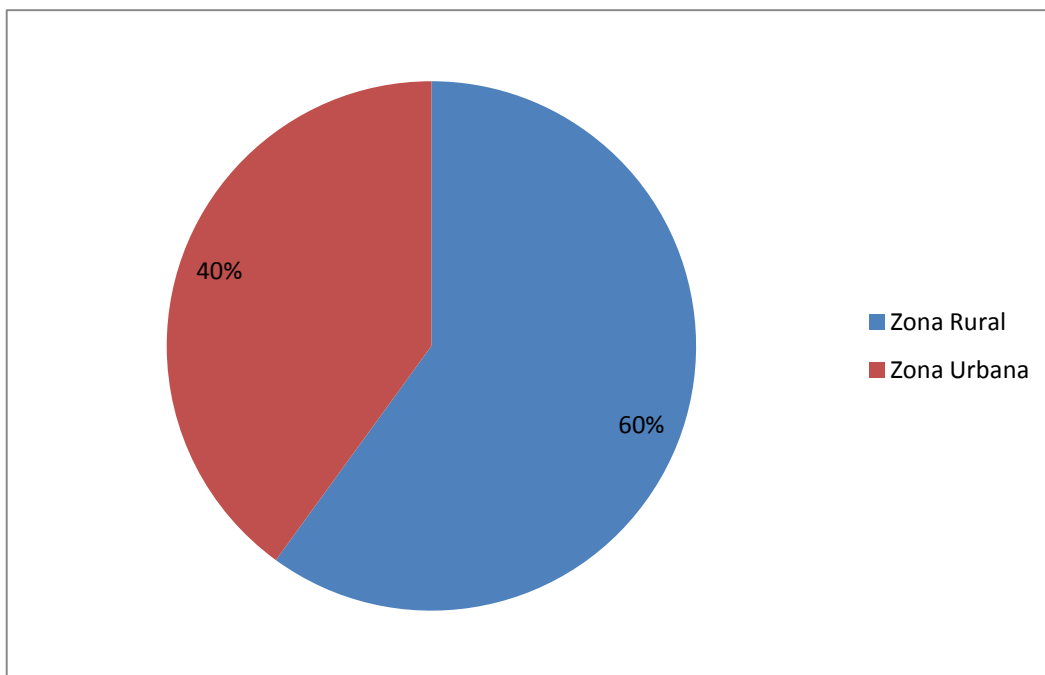


Figura 2 - Distribuição percentual do universo de pessoas consultadas que moram na zona rural e urbana no município de Prata-PB.

Observa-se na Figura 2 que 40% dos usuários da ONG residem na zona urbana cidade de Prata-PB e 60% zona rural, posteriormente haverá a tendência de redução da população rural. Entretanto deve-se considerar que, mesmo assim, o nordeste ainda se notabiliza pelo enfoque das atividades do campo.

Contudo as ONG's brasileiras tem um papel importante no fortalecimento e inovação de práticas rurais, principalmente pela formação dos grupos de assessoramento e acompanhamento rural que levam aos agricultores informações sobre a melhor forma de trato com a terra, além do auxílio no escoamento da produção evitando as perdas de produção. Talvez essa seja uma boa justificativa para entender-se o porquê de tanto acesso às ONGs.

A união da população rural e ONGs ambientalistas a grupos de agricultores familiares contribuem para o fortalecimento das bases de expansão da prática agroecológica num processo contínuo de aceitação e apropriação da nova lógica de reprodução e fortalecimento social.

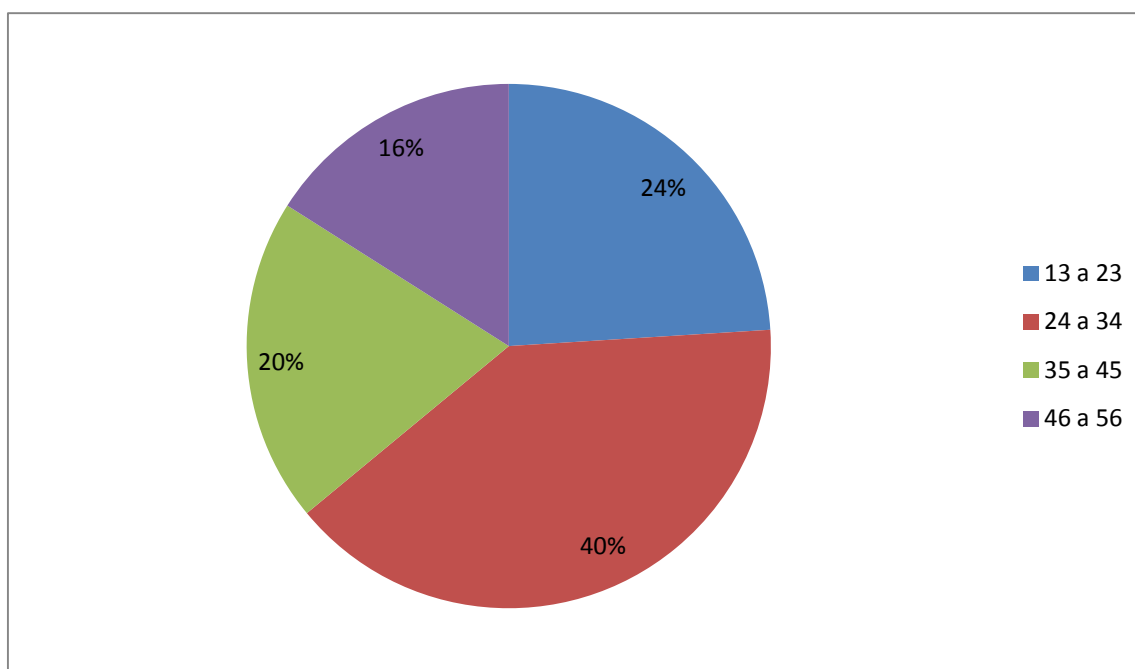


Figura 3 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a faixa etária, no município de Prata-PB.

Constatou-se que a maioria dos usuários da ONG está em idades entre 24 a 34 anos de idade totalizando 40% dos entrevistados (Figura 3). Em segundo lugar, 24% dos entrevistados estão na faixa etária de 13 a 23 anos. Posteriormente, 20% com idades entre 35 a 45 anos e finalmente 16% dos usuários com 46 a 56 anos de idade.

Contudo chama-se a atenção ao fato de que a maioria dos que participam de alguma atividade na ONG Centro Vida Nordeste esteja numa faixa etária entre 24 a 34 anos, sugere-se que esta seja a de maior expressão em termos de uso das atividades ofertadas pela organização, a exemplo de cursos sobre caatinga, meio ambiente, biogás, dentre outros. Sem dúvida alguma a ONG pode contribuir para a preservação da caatinga e seu uso sustentável.

Atualmente, o avanço na sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias são atribuídas às instituições sociais envolvendo os jovens aos sistemas de informação, comunicação e aos valores adotados pela sociedade. Isso implica principalmente a necessidade de estimular uma participação mais

ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções.

De acordo com CARVALHO (2001) o grande salto de qualidade tem sido feito pelas ONGs e organizações comunitárias, que tem desenvolvido ações não formais centradas principalmente na população infantil e juvenil. A lista de ações é interminável e essas referências são indicativas de práticas inovadoras preocupadas em incrementar a co-responsabilidade das pessoas em todas as faixas etárias e grupos sociais quanto à importância de formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a defesa da vida.

Assim, a ONG Centro Vida Nordeste pode desempenhar um relevante papel na formação de uma consciência voltada para o desenvolvimento sustentável do município de Prata. A infraestrutura disponível na ONG permite sua atuação na educação ambiental, porém é preciso maior organização e apoio governamental.

Ressalta-se que uma das maiores dificuldades seja o financiamento da ONG, pois, percebe-se que não há um fluxo financeiro constante, toda a captação de recursos financeiros depende de convênios, segundo informações coletadas na Secretaria da ONG.

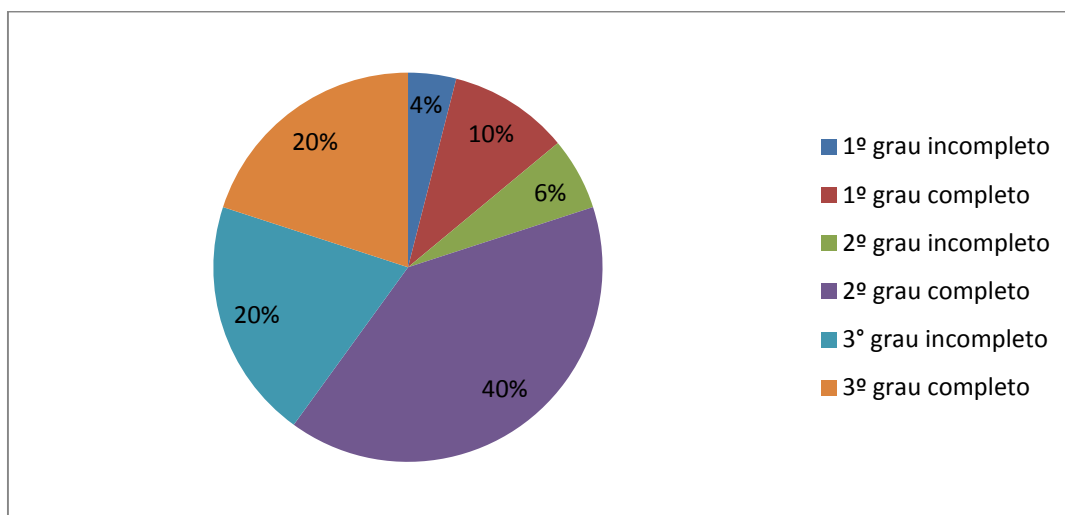


Figura 4 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo o grau de formação escolar, no município de Prata-PB.

Observa-se na Figura 4, que 40% dos entrevistados possuem o 2º grau completo, 6% apresenta o segundo grau incompleto, 20% têm o superior incompleto e 20% o terceiro grau completo. Portanto, o nível escolar dos usuários da ONG está no padrão, ou seja, pessoas que em algum momento da sua vida estudaram.

Segundo o OEI (1999), observou uma situação bastante diversa entre o nível de formação especialmente porque as exigências de formação mínima ainda são diferentes. É provável que boa parte desse numeroso contingente de pessoas tenha sofrido reprovações ou abandonado os estudos anteriormente, encontrem-se em defasagem na relação idade série ideal.

Já os dados do MEC-INEP (2003) na Região Nordeste o índice é de 26,2%, enquanto no Sul era de 7,7%. Considerando apenas a população que vive nas zonas rurais do País, 29,8% dos jovens e adultos eram analfabetos absolutos, enquanto nas zonas urbanas o índice era de 10,2%. A zona rural nordestina registrava índice de analfabetismo absoluto de 42,6%, o maior do País, ou seja, 57,4% tinha um grau de escolaridade.

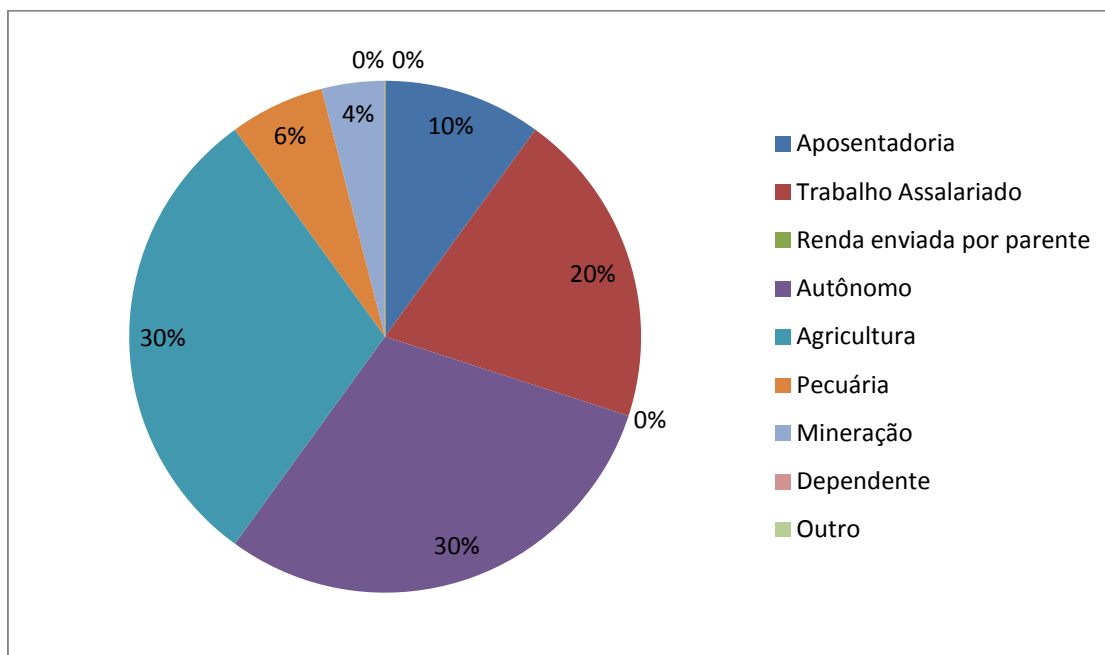


Figura 5 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a natureza da fonte de renda, no município de Prata-PB.

Com relação a Figura 5, observa-se que existe uma diversidade de várias fontes de renda entre os usuários da referida ONG. Constatou-se que

30% são trabalhadores autônomos, 30% trabalham diretamente na agricultura e 20% são trabalhadores assalariados. Assim, percebe-se que a ONG direciona suas atividades para outros setores, além do produtor rural.

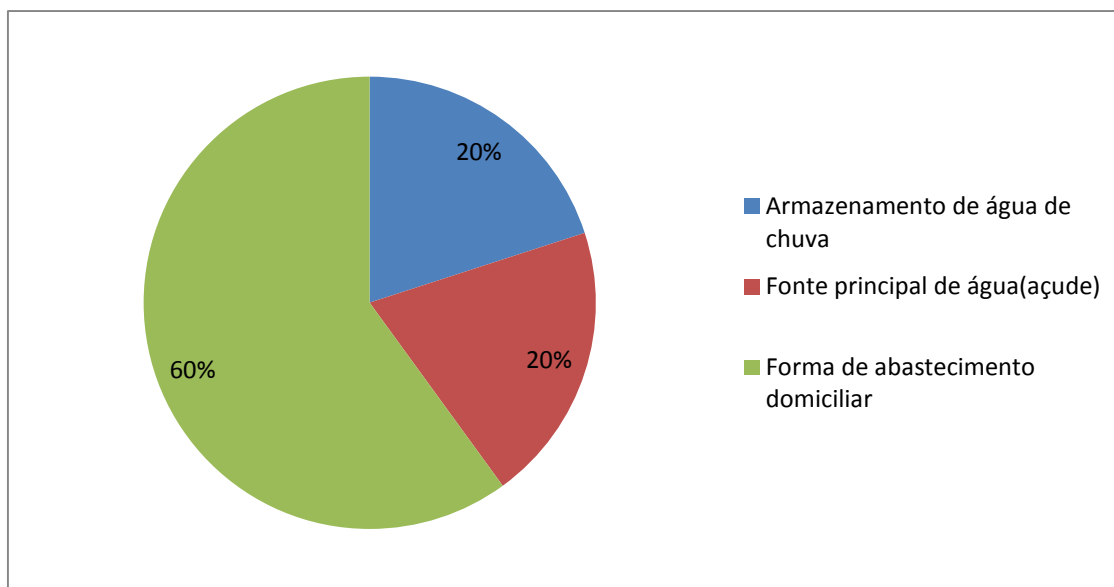


Figura 6 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo o acesso ao abastecimento de água no município de Prata-PB.

Foi observado na Figura 6 as formas de abastecimento dos usuários da ONG, aonde 60% tem abastecimento domiciliar e 20% não dispõe de água em casa. Basicamente o armazenamento de água é açude. Mais uma vez estes dados demonstram a tendência dos usuários da ONG ser residentes na sede do município.

Dados semelhantes foram verificados por ALENCAR (2008) nos municípios da Bacia do rio Sucuru (Amparo, Ouro Velho, Prata, Sumé, Coxixola e Serra Branca) onde constatou que 83,78% não fazem observação das previsões de chuvas, evidenciando a susceptibilidade às mudanças climáticas e a falta de preparo para convivência com a seca, sendo que para muitos agricultores a solução da seca se dá pela construção de poços e açudes de grande porte que possibilitem o uso da irrigação, já que muitas atividades agrícolas ficam comprometidas nos períodos de longo período seco.

Segundo o IBGE (2010), o sistema de abastecimento de água, atende com rede de distribuição 99,60% (11.131 domicílios) dos 11.176 domicílios

ocupados no município de Guarabira e cobertura com ligação domiciliar de 95,64% da população.

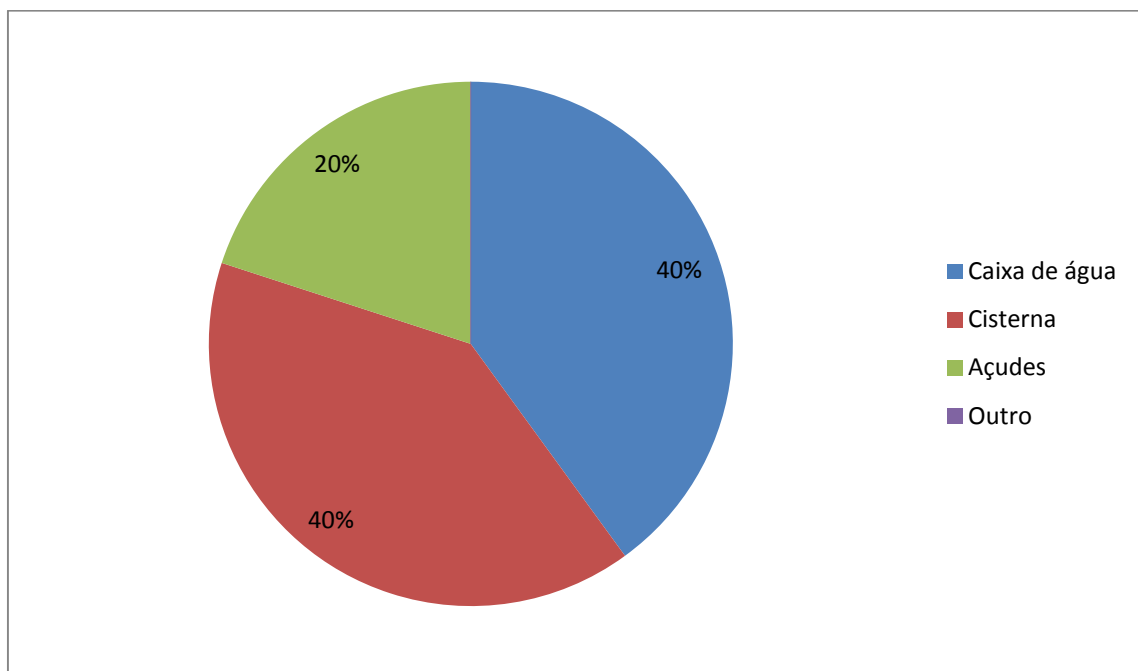


Figura 7 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a forma como armazena a água proveniente da chuva no município de Prata-PB.

Observa-se na Figura 7, que os usuários na maioria guardam a água das chuvas em cisternas e caixas d'água. Já na zona rural de Pernambuco a maioria das pessoas faz a construção de cisternas rurais para captação da água da chuva com fins de potabilidade, os mesmos afirmam que uma cisterna de 12000 litros (quando bem manejadas, as águas das cisternas ficam livres da contaminação por microorganismos) abastece de água potável uma família de 5 pessoas durante os 8 meses sem chuvas na região (IBGE,2010).

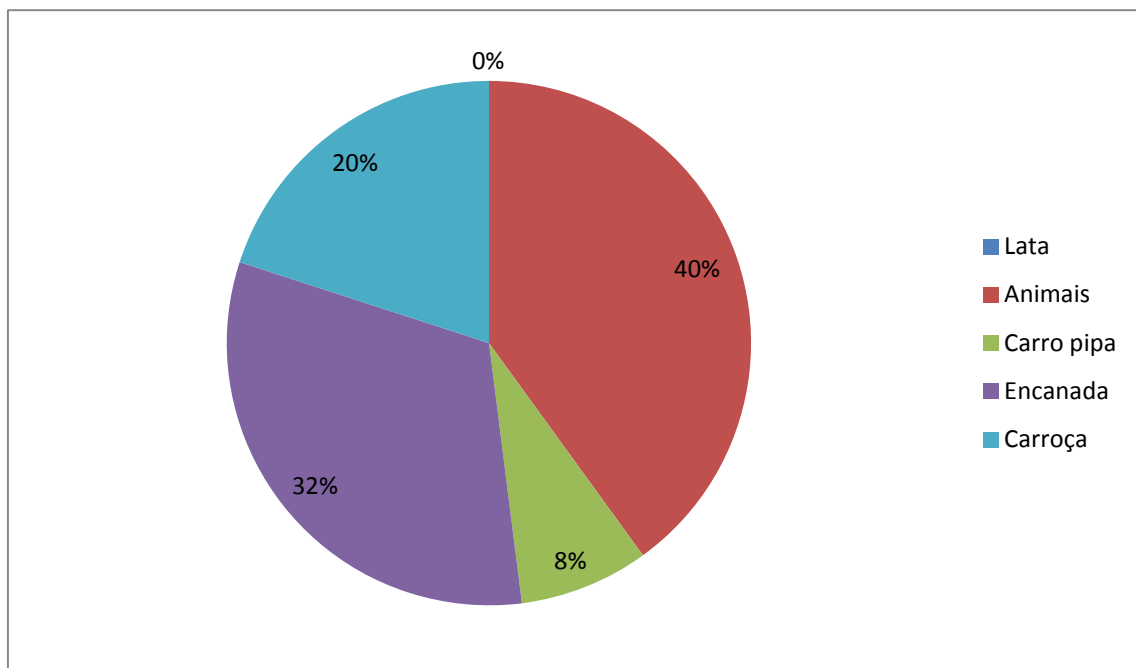


Figura 8 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a fonte de abastecimento de água domiciliar no município de Prata-PB.

O Abastecimento domiciliar na Figura 8, segundo os agricultores e produtores, 40% ainda é feito por animais, outros 32% possuem água encanada, 20% utilizam carroça para realizar este abastecimento e 8% utilizam carro pipa. Por estes dados pode-se deduzir que o abastecimento de água no município de Prata ainda é precário, estando totalmente dependendo dos seus próprios habitantes. Apenas 32 % têm água encanada, o que representa uma pequena parcela da população urbana que tem acesso a água encanada.

Segundo o IBGE(2010), afirmam que o transporte de água da região metropolitana da capital paraibana é feito através de carros-pipa para o atendimento daquele município que dependem do abastecimento de água para beber, cozinhar e tomar banho.

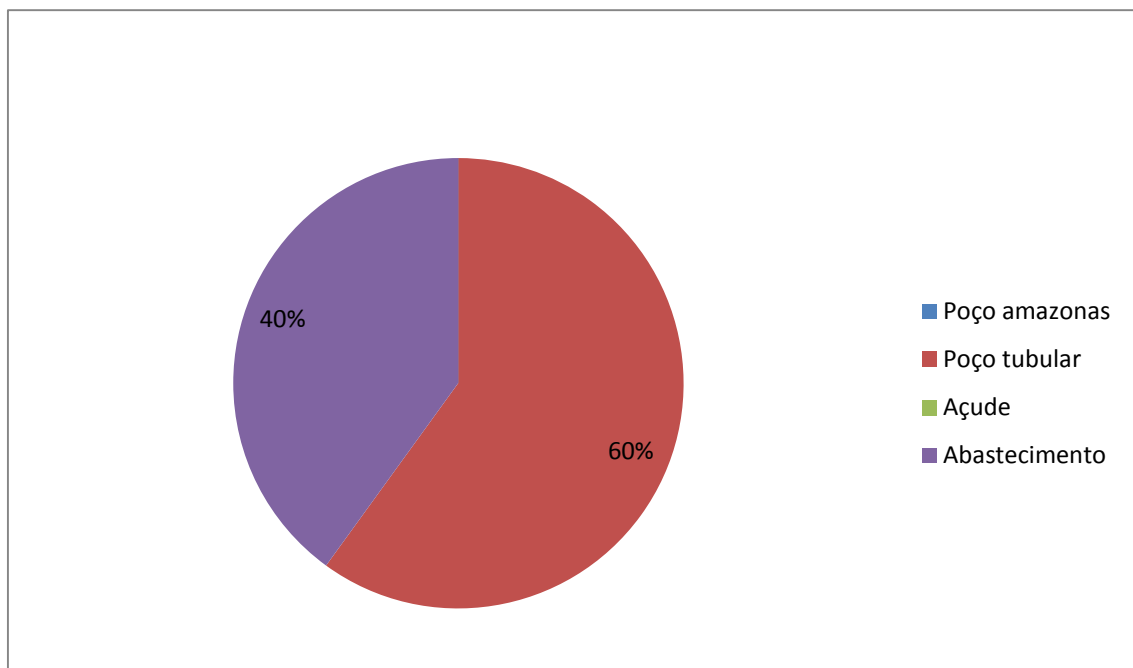


Figura 9 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a principal fonte de água usa no município de Prata-PB.

Constatou-se que a principal fonte de água dos usuários da ONG são em 60% poços tubulares e apenas 40% possui abastecimento da rua.

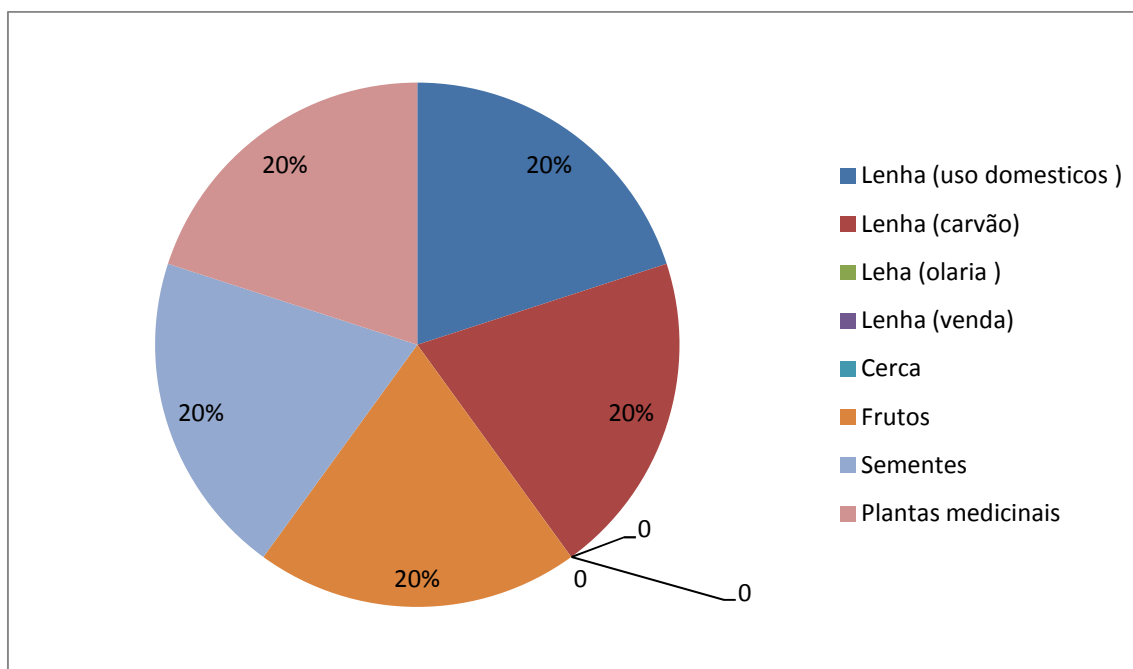


Figura 10 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a forma de exploração da Caatinga do município de Prata-PB.

De certa forma, os dados demonstram no município de esperança –PB, a existência de 37 pontos d' água, sendo todos poços tubulares (IBGE, 2010).

Na Figura 10 foi observado que os produtores rurais utilizam a cerca para o uso doméstico, como também o uso da fonte de lenha para gerar energia e combustível.

Esses dados são semelhantes aos que foram encontrados por ARAÚJO et al.(2004), que afirmam que mediante as informações obtidas constatou-se que a caatinga é ainda vista como fornecedora de recursos, contudo sem a preocupação de que este recurso é algo que se esgota com o consumo não contabilizado, uma vez constatado que 31,75% dos produtores rurais utilizam a caatinga como fonte de lenha para uso doméstico, seguido de uso para cerca (25,74%).

Teles (2005) em estudo sobre uso de lenha como fonte de energia no município de São João do Cariri – PB verificou a presença de fogão à lenha em 76% das residências da zona rural e 18% na zona urbana, significando que 76% das residências da zona rural usam lenha como combustível e 79% destas utilizam seis a sete dias por semana. Assim, o uso de lenha como matriz energética pelas residências das zonas rural e urbana se dá com maior frequência naquelas residências com mais de quatro moradores e o carvão não se configura como uma fonte de combustível muito frequente no setor residencial de São João do Cariri, tanto na zona urbana como na rural. A autora cita que a lenha de espécies vegetais tem sido utilizada como fonte de energia térmica tanto nas indústrias como nas residências da área que se realizou o estudo.

Este recurso, como qualquer outro, quando submetido a uma utilização acelerada e constante pode vir a tornar-se escasso, comprometendo os processos produtivos envolvidos. Os dados também estão de acordo com Sousa (2007) em estudo realizado nos municípios de Boa Vista, Cabaceiras e São João do Cariri - PB, ao observar que além da lenha ser utilizada nas atividades industriais (panificação, cerâmico, dentre outros), a madeira é utilizada na confecção de cercas na forma de mourões, estacas e varas.

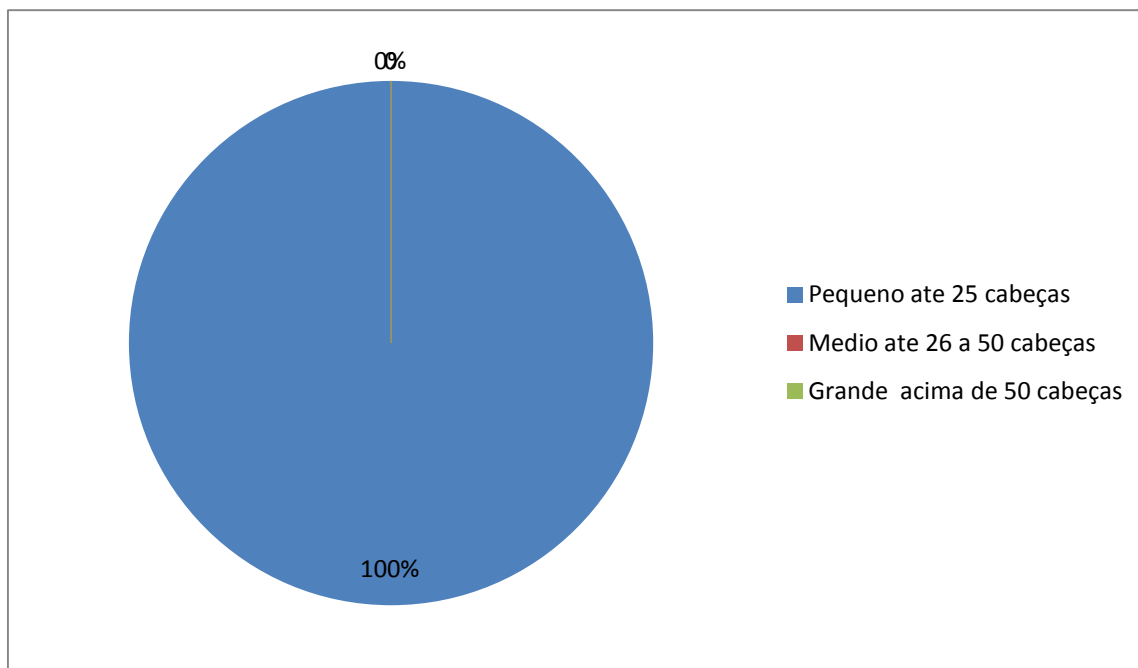


Figura 11 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo o tamanho do rebanho criado nas propriedades rurais do município de Prata-PB.

Pode-se observar ao analisar a Figura 11 que os produtores ligados a referida ONG são de pequeno porte, na totalidade dos entrevistados, possuem até 25 cabeças. Este dado sugere que a ONG está mais voltada ao pequeno produtor, fato que a torna relevante quando se considera as condições de convivência do homem no semiárido.

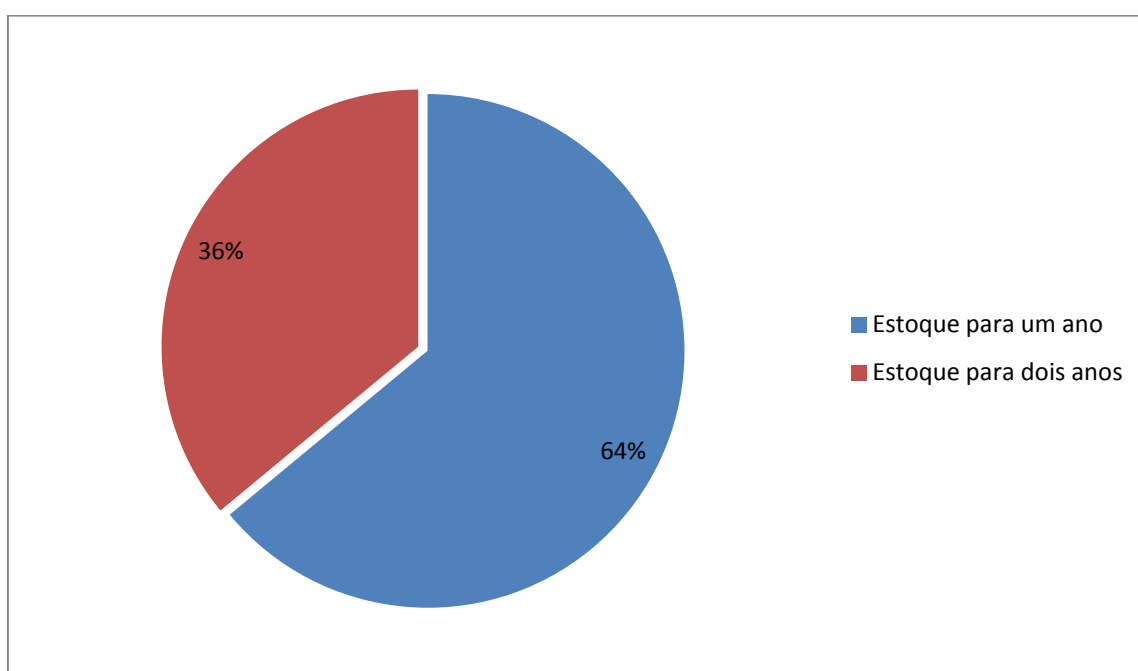


Figura 12 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a forma de estoque de forragem nas propriedades rurais do município de Prata-PB.

O armazenamento da alimentação dos animais, conforme demonstra a figura 12, para 64 % dos entrevistados, é disponível para apenas um ano. Cerca de 36% guardam alimentos por dois anos. Aqui, o produtor considera estoque o fato de disponibilizar um pequeno cercado para os animais. Não se considera o estoque de alimento para os animais em forma de feno ou silagem. Lamentavelmente, ainda, são práticas pouco usadas no município, habito que pode ser mudado se a ONG treinar os agricultores em termos de uso de práticas para enfrentamento da estiagem.

Portanto há uma necessidade de capacitação e orientação técnica especializada para os produtores rurais da área avaliada, de modo que pudessem ser orientados com técnicas de convivência com a seca, melhor aproveitamento da vegetação e manejo dos animais.

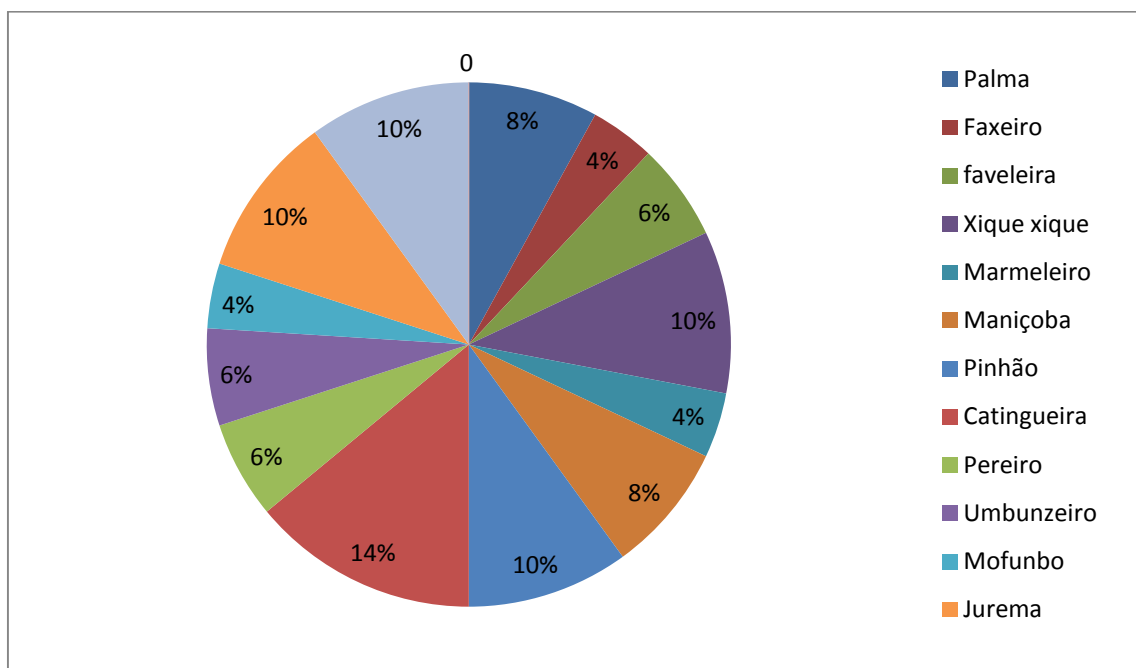


Figura 13 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo as espécies vegetais de maior utilização animal nas propriedades rurais do município de Prata-PB.

Ao avaliar a Figura 13, fica demonstrado um aumento de utilização da caatinga. De fato é comum o pequeno agricultor usar a vegetação da caatinga como fonte de sobrevivência no semiárido. As espécies citadas são as mais comumente encontradas na caatinga.

ARAUJO et al (2004) observaram que os produtores rurais utilizam as plantas da caatinga para utilização animal, como para fins medicinais (17,01%), sendo as mais citadas: Cumaru (*Amburana cearensis*), Faveleira (*Cnidocolus phyllacanthus*), Aroeira (*Myracrodruon urundeuval*), Quixabeira (*Bumelia sarturum*), Jurema Preta (*Mimosa tenuiflora*), Marmeleiro (*Croton sonderianus*), Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), Faxeiro (*Pilosocereus pachycladus*), Mororó (*Bauhinia cheilantha*), Jatobá (*Hymenaea courbaril*), cajueiro (*Anacardium occidentale*), Nim (*Azadirachta indica*), Mastruz (*Chenopodium ambrosioides*), Colônia (*Alpinia zerumber*), Capim Santo (*Cymbopogon citratus*), dentre outros.

Parte destas espécies é explorada de forma extrativista pela população local, sem qualquer técnica de cultivo. Essa forma de exploração tem levado a uma rápida diminuição das populações naturais dessas espécies vegetais, que estão ameaçadas de extinção (Drumond, 2000).

Segundo ARAÚJO et al. (2004), encontraram um valor expressivo de 14,85% de utilização do fruto do Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), sendo consumido em grande quantidade pelos caprinos, relatados pela população rural da região do Cariri. LEAL et al. (2003) citam que espécies com frutos suculentos constituem um grupo susceptível à ação dos caprinos como o umbuzeiro. No entanto, após a ingestão, os animais regurgitam e evacuam as sementes intactas nos estábulos, onde jamais as sementes darão origem a novos adultos.

De outro modo sementes com testas pouco resistentes devem ser totalmente trituradas durante a mastigação dos caprinos. Ainda segundo o autor, estudos em outros ecossistemas têm relatado mudanças na abundância de populações, na riqueza e diversidade de espécies, na estrutura física de comunidades vegetais e na capacidade de regeneração da vegetação em decorrência da herbivoria por caprinos.

Já CAVALCANTI & RESENDE (2006), Investigando a utilização das plantas nativas da caatinga pelos pequenos agropecuaristas para a alimentação dos animais na seca em cinco comunidades da Bahia e de

Pernambuco, registraram que o mandacaru é utilizado por 46,52% dos agropecuaristas. Enquanto o xiquexique responde por 10,51%, a coroa-de-frade por 6,96% e o facheiro por 12,28%.

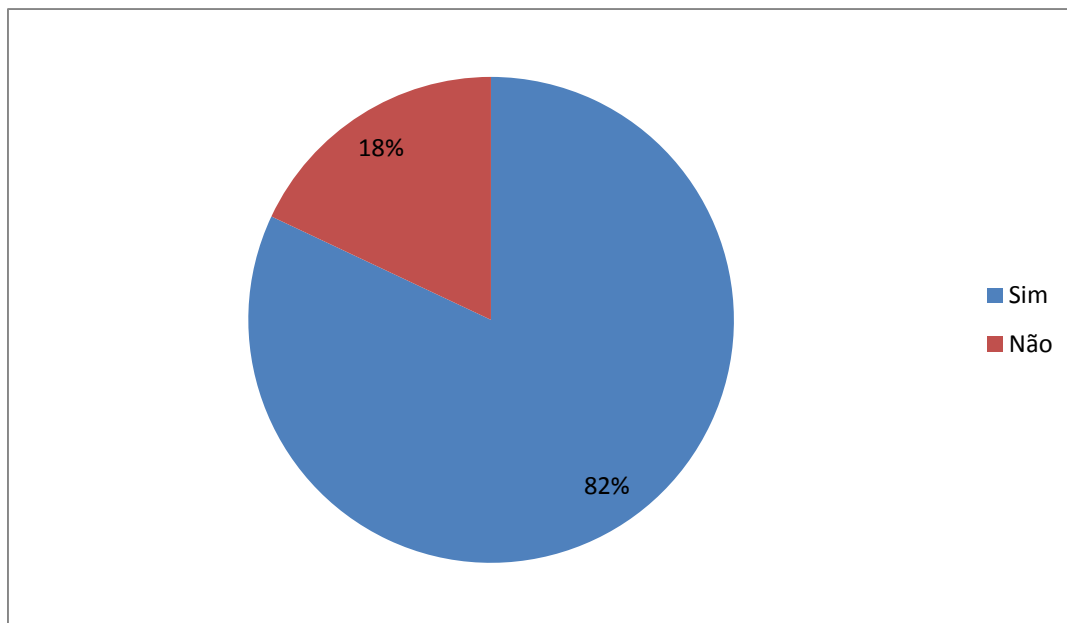


Figura 14 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas segundo a aquisição de algum produto produzido pela ONG - Centro e Vida Nordeste, localizada do município de Prata-PB.

Observa-se na Figura 14 que 82% das pessoas que freqüentam a ONG já adquiriu algum produto produzido por esta organização, apenas 18% não adquiriram produtos. Vale ressaltar que os visitantes da ONG terminam por adquirir algum produto, como bolsas personalizadas, mudas de plantas, publicações, folders, dentre outros.

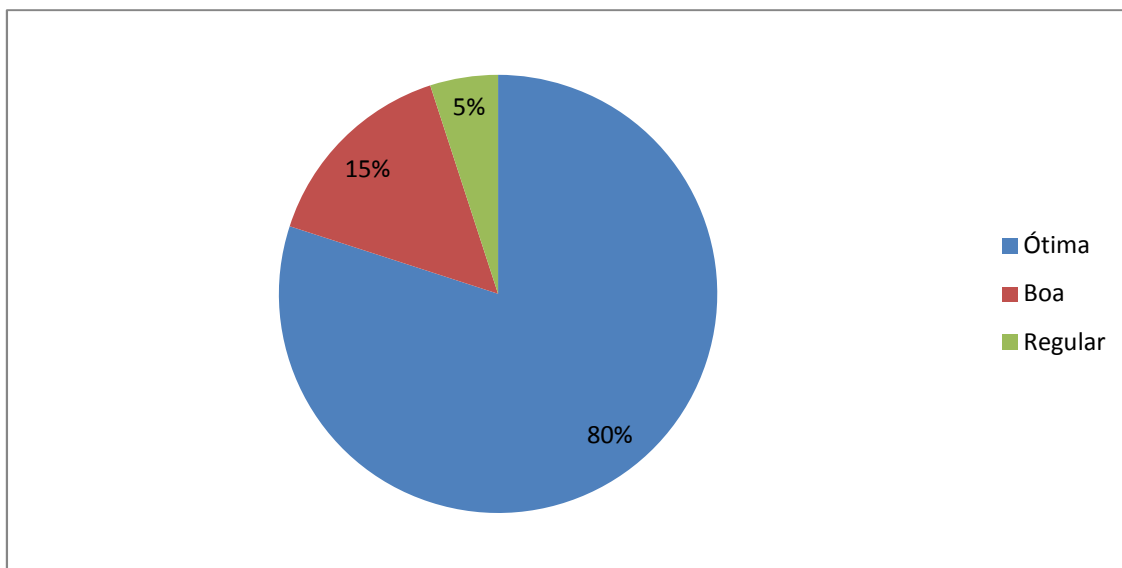


Figura 15 - Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas conforme avaliam a atuação da ONG - Centro e Vida Nordeste, localizada do município de Prata-PB.

Conforme a Figura 15, observa-se que 80% dos usuários da ONG, a avaliam como ótima, 15% como boa e apenas 5% avaliaram como regular, demonstrando a grande aceitação do público em relação as atividades desenvolvidas por esta organização.

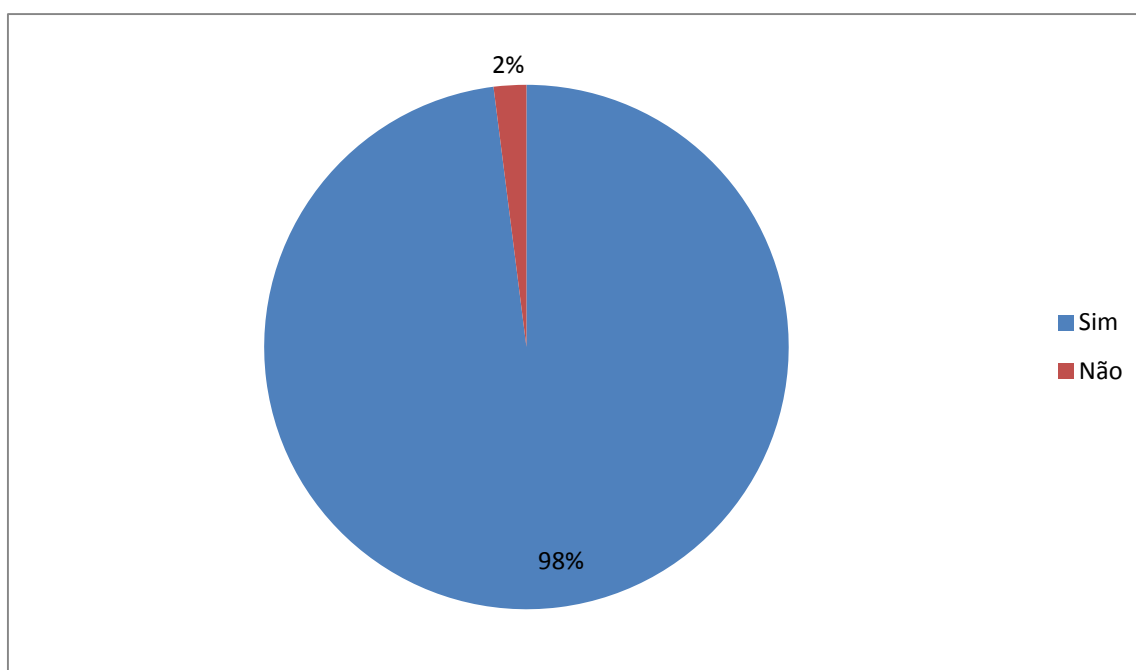


Figura 16: Distribuição percentual do universo das pessoas consultadas que executaram alguma atividade na referida da ONG - Centro e Vida Nordeste, localizada do município de Prata-PB.

Mediante as informações obtidas constatou-se que as pessoas entrevistadas como mostra na Figura 16, 98% já participaram na execução de alguma atividade na ONG. É possível que esta resposta esteja sendo interpretada como a simples visita a ONG e, não como uma tarefa desenvolvida em conjunto com a organização.

6 - Conclusões

Do que foi exposto sucintamente, pode-se concluir que grande parte dos usuários é do sexo feminino 32%, com faixa etária entre 24 a 34 anos, 20% possuem segundo grau completo e 60% são da zona urbana. Em relação à fonte de renda, constatou-se que as pessoas praticamente são do mesmo nível socioeconômico. A maior parte dos entrevistados já passaram pela ONG de alguma forma e manifesta boa aceitação das atividades praticadas por esta organização.

O uso da caatinga pelas pessoas entrevistadas é diversificado e demonstra que certo conhecimento das espécies mais comuns desse bioma. A maioria das pessoas da zona rural que busca a ONG se enquadra como pequeno agricultor, tendo menos de 25 cabeças de animais.

As espécies Catingueira, Xique-xique, Palma, Jurema, Maniçoba, são as mais utilizadas para alimentação dos animais, no entanto, o uso principal da caatinga pelo agricultor é a retirada de madeira para lenha e cerca.

São necessários mais estudos para alertar os produtores sobre as tomadas de decisão a respeito da exploração dos recursos naturais da caatinga.

Há necessidade de capacitação e orientação técnica especializada para os produtores rurais da área avaliada, de modo que pudessem ser orientados com técnicas de convivência com a seca e melhor aproveitamento da vegetação.

Fica evidente que as atividades da ONG são as mais voltadas à zona urbana do que a rural, possivelmente, em decorrência da proximidade da sua sede do município.

7 – Referências Bibliográficas

ALENCAR, Maria Leide Silva de. **Os sistemas hídricos, o bioma caatinga e o social na bacia do rio sucuru: riscos e vulnerabilidades**. 2008. 157f. Tese (Doutorado em Agrícola) - Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. Ed. São Paulo: Makron, 2004.

ANDRADE, Alberício Pereira de; SOUZA, Eduardo Soares de; SILVA, Divan Soares da; SILVA, Ivandro de França da; LIMA, José Romualdo Sousa. Produção animal no bioma caatinga: paradigmas dos “pulsos-reservas”. In: SIMPÓSIO DA 43ª REUNIÃO ANUAL DA SBZ, 2006, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2006. CD-ROM.

ANDRADE-LIMA, Dárdano de. The caatinga dominium. **Revista Brasileira Botânica** Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 149-153, 1981.

ARAUJO, Kallianna Dantas; ANDRADE, Alberício Pereira; PARENTES, Henrique Nunes; ALENCAR, Maria Leide Silva. **Caracterização do sistema de exploração da Caatinga em São João Do Cariri – PB**. Geografia (Londrina) v. 19 n. 2, 2010.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD). Rio de Janeiro, IPEA, Fundação João Pinheiro. Acesso em: Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000. Todos os municípios do Brasil. Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20%28pelos%20dados%20de%202000%29.htm>. Acessado em 25/09/2011.

AZEVEDO, Ana Maria. **Quatro Grupos de Mulheres e Quatro ONGs no Nordeste Brasileiro**. Symposium, Brasília, 2004, v. 36. n. 1-2.

BRASIL,. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Instituto Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília, DF, 18 de julho de 2000.

Cartilha Espaço Conviver. 2010. Disponível na internet em: <http://www.cvida.org.br/espacoconviver.php>. Acessado em 15/07/2011.

CARVALHO, Isabel. **A Invenção ecológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CASTRO, Iná Elias de. Da Seca como Tragédia à Seca como Recurso. Velhos e Novos Recursos, Velhos e Novos territórios: In: **Anuário do Instituto de Geociências**. (17): 1-13. 1994.

CASTRO, Iná Elias de. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E. et alli (org.), **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 283-324. 1996.

CAVALCANTI, Nilton de Brito. RESENDE, Geraldo Milanez de. Consumo do mandacaru (*Cereus jamacaru* P. DC.) por caprinos na época da seca no semi-árido de Pernambuco. **Revista Caatinga**, Mossoró, v.19, n.4, p.402-408, 2006.

DRUMOND, Marcos Antônio; KILL, Lucia Hellena Piedade; LIMA, Paulo César Fernandes; OLIVEIRA, Martiniano Cavalcante de; OLIVEIRA, Viseldo Ribeiro de; ALBUQUERQUE, Severino Gonzaga de; NASCIMENTO, Clóvis Eduardo de Souza; CAVALCANTI, Josias **Estratégias para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Caatinga**. In: Avaliação e identificações de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade do bioma caatinga. SEMINÁRIO "BIODIVERSIDADE DA CAATINGA", Petrolina, Embrapa Semi-árido, 2000.

IBGE. Dados básicos do município de Prata no Estado da Paraíba referente ao ano de 2010. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=251220>. Acessado em 06/09/2011.

LEAL, Inara; SILVA, Adriano Vicente da; TABARELLI, Marcelo. **Herbivoria por caprinos na caatinga da região de Xingó: uma análise preliminar**. In: Inara Roberta Leal; Marcelo Tabarelli; José Maria Cardoso da Silva. (Org.). Ecologia e conservação da Caatinga. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p.695-715.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - uma visão holística**. – Brasília: Confea, 2007.140p. – (Pensar Brasil).

MEC. INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília, 2003. 40 p.

MEC. INEP. **Relatório técnico-pedagógico sobre o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA/2002** (versão preliminar). Brasília, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 16.ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1991.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Conquistas Sociais e Políticas: Um Paralelo Histórico entre os EUA e o Brasil**. Brasília: Idéias & Debates, n. 11, 1997.

Ministério da Educação de Brasil – OEI. **Sistema Educativo Nacional de Brasil**, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos. São Paulo: **Cadernos da ABONG**. n. 8, 1995.

ROCHA, José Sales Mariano da. **Manual de projetos ambientais**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1997. 423 p.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, Roberto Marinho da. **Entre o Combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SOUSA, Ridelson Farias de. **Terras agrícolas e o processo de desertificação em municípios do semi-árido paraibano**. 2007. 180f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

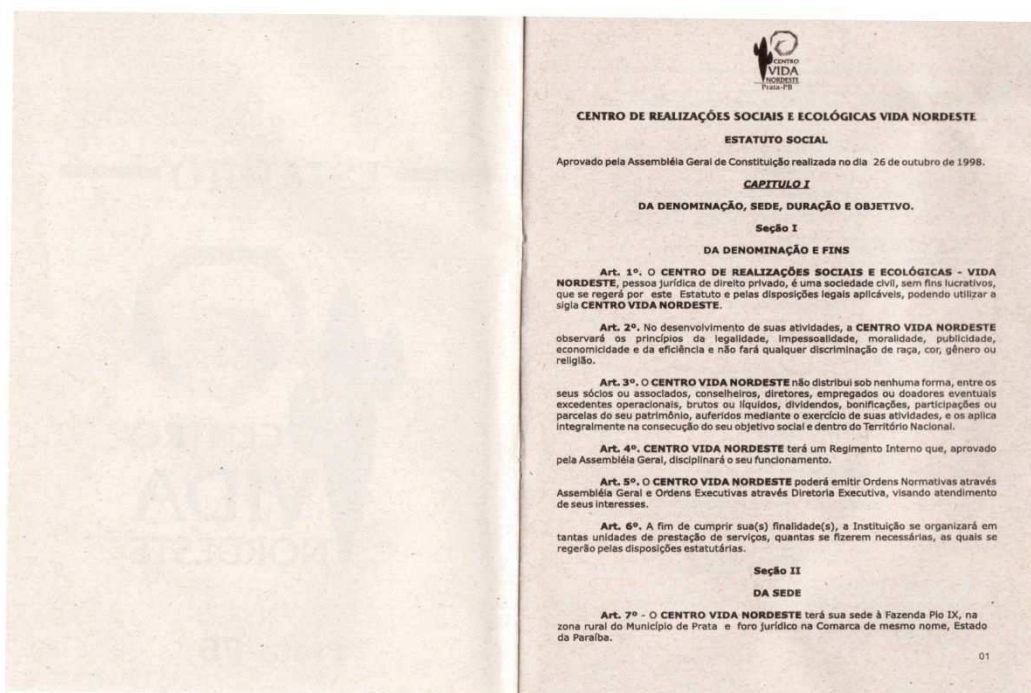
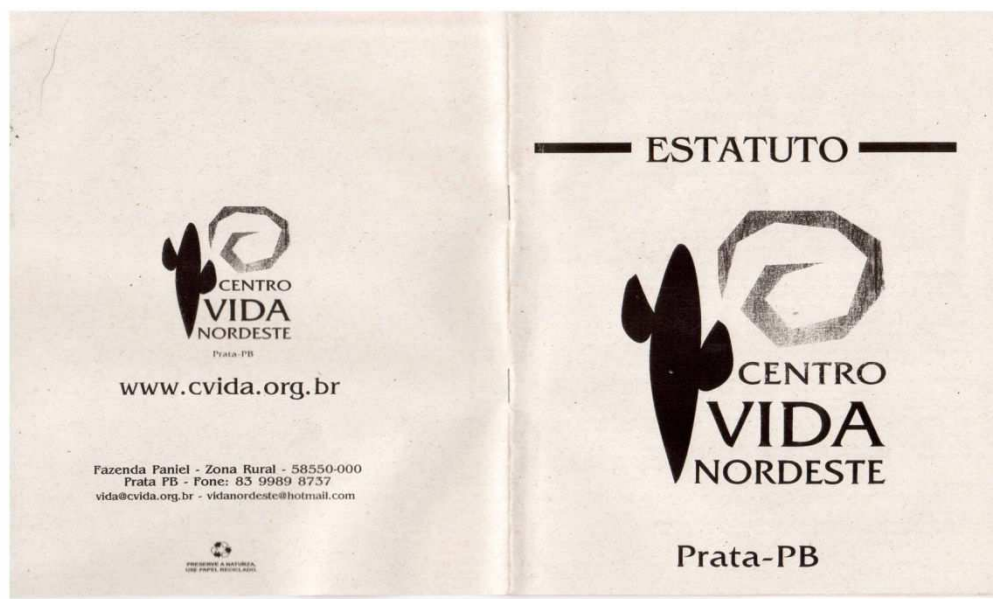
TELES, Mônica Maria Ferreira. **Cobertura vegetal do município de São João do Cariri-PB: distribuição espacial da caatinga: uso de lenha como fonte de energia**. 2005. 62f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Areia.

VAINSERNCHE, S.A e BUARQUE, C. **ONGS no Brasil e a Questão de Gênero**. Trabalhos para discussão. Novembro de 2001. Disponível no site: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/123.html> (acesso em 11/04/2011).

8 - APÊNDICES

8. APÊNDICE A

ESTATUTO DA ONG



**Seção III
DA DURAÇÃO**

Art. 8º - O prazo de duração do **CENTRO VIDA NORDESTE** é por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

**Seção IV
DO OBJETO**

Art. 9º - O **CENTRO VIDA NORDESTE**, tem os seguintes objetivos:

DO HOMEM

1. Resgatar a dignidade do homem nordestino;
2. Promover a educação e a saúde da criança nordestina;
3. Evitar o trabalho infantil;
4. Promover o desenvolvimento econômico e social do homem nordestino;
5. Promover a convivência razoável do homem com as secas;

DO MEIO AMBIENTE

6. Promover a fiscalização ambiental;
7. Conservação da Biodiversidade e dos Ecossistemas;
8. Promoção da Educação Ambiental;
9. Evitar a degradação ambiental;

DA FAUNA

10. Criação de um banco genético de espécies nativas animais;
11. Proteção à fauna;
12. Criação de animais em extinção ou em risco de extinção, para reprodução, estudo, avaliação e sua ulterior liberação em seu ambiente natural;

DA FLORA

13. Criação de um banco genético de espécies nativas vegetais;
14. Proteção à flora;

DOS BENS CULTURAIS E IMATERIAIS

15. Promover a arte, a cultura e as manifestações folclóricas;
16. Promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

DOS ASSUNTOS DIVERSOS

17. Promover o desenvolvimento sustentável do semi-árido;
18. Promover o manejo integrado da Caatinga;
19. Promover a racionalização do uso do solo e da água;
20. Promover a recuperação de áreas degradadas;
21. Impedir o avanço da desertificação.

02

Art. 10º - Para a consecução do seu objetivo, o **CENTRO VIDA NORDESTE**, poderá:

- a. Promover a execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.
- b. Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários à suas instalações administrativas, tecnológicas e outras;
- c. Manter serviços próprios de assistência tecnológica, educacional e jurídica, constituindo-se, neste particular, em mandatária dos seus Associados, no que diz respeito à Ecologia, ao Meio Ambiente e a Defesa Social e ou Cidadania, podendo, para atender seus objetivos, celebrar convênios com quaisquer entidades pública e ou privada;
- d. Para realização de seus objetivos o **CENTRO VIDA NORDESTE** poderá filiar-se a outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão;
- e. Elaborar e Implantar projetos;
- f. Promover a Extensão;
- g. Promover a Extensão Rural;
- h. Promover a Pesquisa;
- i. Promover a Difusão Tecnológica;
- j. Firmar: Acordos, Contratos, Convênios, Cooperação Técnica.

CAPÍTULO II

Seção I

DOS SÓCIOS

Art. 11º. O corpo social do **CENTRO VIDA NORDESTE** será integrado por sócios: fundadores, benfeitor, contribuintes e honorários.

Art. 12º. São direitos dos sócios fundadores:

- a. Votar e ser votado;
- b. Apresentar sugestões, assistir e participar das reuniões.

Art. 13º - São direitos dos sócios contribuintes:

- a. Votar e ser votado;
- b. Apresentar sugestões, assistir e participar das reuniões;
- c. Participar das comissões de trabalho e demais atividades do **CENTRO VIDA NORDESTE**.

03

Art. 14º. São direitos dos sócios honorários e benfeitor:

- a. Apresentar sugestões, assistir e participar das reuniões;
- b. Participar das comissões de trabalho e demais atividades do **CENTRO VIDA NORDESTE**.

Art. 15º. São deveres dos sócios fundadores e contribuintes:

- a. Contribuírem financeiramente para a manutenção e desempenho do **CENTRO VIDA NORDESTE**, na forma e montante que for estipulado a cada ano civil pela Assembleia Geral;
- b. Prestigiar o **CENTRO VIDA NORDESTE**, contribuindo, de forma efetiva, para o seu bom desempenho;
- c. Comparecer a todas as reuniões e Assembleias Gerais ou Extraordinárias.

Art. 16º. São deveres dos sócios honorários e benfeitor:

- a. Prestigiar o **CENTRO VIDA NORDESTE**, contribuindo, de forma efetiva, para o seu bom desempenho;
- b. Comparecer às reuniões e Assembleias Gerais ou Extraordinárias, quando para tanto forem convocados.

Art. 17º. Os sócios, sejam de que categoria for, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

**Seção II
DA FILIAÇÃO**

Art. 18º. Serão sócios todos aqueles que atenderem aos seguintes requisitos:

- I. Manifestarem seu desejo de vincular-se ao **CENTRO VIDA NORDESTE**, preenchendo a correspondente proposta de inscrição;
- II. Tenha seu pedido de inscrição aprovado, pela Diretoria Executiva;
- III. Pagarem a contribuição prevista no Art. 15º, alínea a, à partir da inscrição.

04

**Seção III
DAS SANÇÕES**

Art. 19º. O sócio que, de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou as normas e regulamentos do **CENTRO VIDA NORDESTE**, fica sujeito às seguintes sanções a critério da Diretoria Executiva:

I. Advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;

II. Suspensão de um a doze meses:

- a. Os reincidentes em infrações punida com advertência;
- b. Os que estiverem em atraso há três meses ou mais, no pagamento de contribuições pecuniárias.

III. Exclusão:

- a. Os reincidentes em infração punidas com suspensão:

§ 1º. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recurso à Assembleia Geral.

§ 2º. A apresentação de recursos não terá efeito suspenso.

§ 3º. A pena de suspensão não isenta o sócio de suas obrigações.

§ 3º. O sócio terá direito ao contraditório e a ampla defesa, em procedimento específico e ao recurso a Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA

Seção I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 20º. São órgãos do **CENTRO VIDA NORDESTE**:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva.
- III. Conselho Fiscal

Parágrafo único - A Instituição não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus sócios, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

05

Seção II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 21º. A Assembléia Geral dos Sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários é o órgão máximo de deliberação do **CENTRO VIDA NORDESTE** e a ela compete:

I. Reunir-se ordinariamente uma (01) vez ao ano, até noventa (90) dias do término de cada ano civil, e extraordinariamente por convocação da Diretoria Executiva, ou por, no mínimo, um 1/5 (quinto) dos sócios fundadores e contribuintes que estejam em situação regular perante o **CENTRO VIDA NORDESTE**, mediante convocação escrita e fixada no quadro de avisos na sede social com a antecedência mínima de oito (08) dias.

II. Eleger, dentre os sócios fundadores e contribuintes, os membros da Diretoria Executiva;

III. Estabelecer as metas e planos de trabalho a serem desempenhados pela Diretoria Executiva, a cada ano civil;

IV. Aprovar o regimento Interno;

V. Emitir Ordens Normativas para o funcionamento da instituição;

VI. Reformular estes Estatutos;

IV. Destituir os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

V. Aprovar as Contas Anuais;

VI. Decidir sobre os casos omissos.

Parágrafo Primeiro – A reformulação do Estatuto será deliberada por maioria simples em Assembléia Geral, convocada especificamente para este fim;

Parágrafo Segundo – A destituição de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, que infringir as disposições deste Estatuto, será decidida por maioria simples, em Assembléia Geral convocada especificamente para este fim, após procedimento específico em que fique garantido o direito ao contraditório, à ampla defesa com recurso a Assembléia Geral.

Seção III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 22º. A Diretoria Executiva é composta de três (03) membros escolhidos e eleitos pela Assembléia Geral, dentre os sócios fundadores e contribuintes e está assim distribuída:

a. Diretor Presidente;

b. Diretor Secretário;

c. Diretor Financeiro.

06

Parágrafo Único - Os mandatos dos membros da Diretoria Executiva terão a duração de quatro (04) anos, podendo ser reconduzidos sem nenhuma ressalva.

Seção IV

DA COMPETÊNCIA

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 23º. Compete à Diretoria Executiva:

I. Preparar as Assembléias Gerais e Extraordinárias e demais reuniões do **CENTRO VIDA NORDESTE**;

II. Deliberar a criação de grupos de trabalho e fazer cumprir as metas, ações e planos de trabalho determinadas pela Assembléia Geral dos Sócios;

III. Reunir-se pelo menos uma vez por mês;

IV. Administrar e gerir o **CENTRO VIDA NORDESTE**.

Parágrafo Único: Não poderão ser eleitos para os cargos de diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público.

Seção V

DO DIRETOR PRESIDENTE

Art. 24. Compete ao Diretor Presidente:

I. Representar a instituição ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, com amplos poderes administrativos para a gestão do **CENTRO VIDA NORDESTE**, e, inclusive, movimentar as contas de movimento financeiro em conjunto com o Diretor Financeiro;

II. Nomear os membros dos grupos de trabalho em cumprimento das metas, ações e planos de trabalho do **CENTRO VIDA NORDESTE**.

Seção VI

DO DIRETOR SECRETÁRIO

Art. 25º. Compete ao Diretor Secretário:

I. Substituir o Diretor Presidente nas suas ausências e ou impedimentos;

II. Manter a guarda dos documentos do **CENTRO VIDA NORDESTE**;

07

I. Secretariar as reuniões e Assembléias Gerais;

II. Receber e expedir correspondências.

Seção VII

DO DIRETOR FINANCEIRO

Art. 26º. Compete ao Diretor Financeiro:

I. Ter sobre sua guarda todos os valores patrimoniais do **CENTRO VIDA NORDESTE** e movimentar as contas da gestão financeira, em conjunto com o Diretor Presidente;

II. Substituir o Diretor Secretário na suas ausências e ou impedimentos;

III. Gerir a contabilidade do **CENTRO VIDA NORDESTE**, dela prestando contas ao Diretor Presidente.

CAPÍTULO IV

Seção I

DO CONSELHO FISCAL

Art. 27º. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros, e 03 (três) suplentes eleitos pela Assembléia Geral, dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de quatro anos.

Art. 28º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, para examinar as contas da Diretoria executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros.

Seção II

DA COMPETÊNCIA

Art. 29º. Compete ao Conselho Fiscal:

I. Fiscalizar todo o movimento financeiro do **CENTRO VIDA NORDESTE** quer da receita, quer da despesa;

II. Verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela Legislação específica estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;

III. Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

IV. Fazer relatório circunstanciado de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-o ao Presidente da Diretoria Executiva;

V. Encaminhar as Contas Anuais para aprovação em Assembléia Geral.

08

CAPÍTULO V

Seção I

DO PATRIMÔNIO

Art. 30º. **CENTRO VIDA NORDESTE** será mantido pelas contribuições dos sócios, estipulada a cada ano civil pela Assembléia Geral, bem como doações e de rendas dos bens que venha a adquirir.

Parágrafo primeiro - As doações poderão ser provenientes de:

a. Contribuições voluntárias;

b. Convênios;

c. Subvenções diversas;

d. Doações;

e. Promoções;

f. Outras fontes.

Parágrafo segundo - Os rendimentos poderão advir de:

a. Títulos da dívida pública;

b. Fideicomissos em seu favor, instituídos como fiduciários ou fideicomissária;

c. Usufruto a ela conferido;

d. Rendas em seu benefício constituídas por terceiros;

e. Rendas próprias de imóveis e serviços;

f. Subvenções e auxílios do Poder Público;

g. Valores eventualmente recebidos;

h. Campanhas;

i. Outras fontes.

Seção II

DA DISSOLUÇÃO

Parágrafo terceiro. No caso de dissolução, o patrimônio do **CENTRO VIDA NORDESTE** será destinado a uma entidade afim, desde que seja inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social e na forma como decidida pela Assembléia Geral.

Parágrafo quarto - A decisão acima mencionada será tomada por dois terços (2/3) dos sócios fundadores, em situação regular para com o **CENTRO VIDA NORDESTE**, presentes à Assembléia, para tal fim convocada, e que deverão ser em número mínimo correspondente a um terço (1/3) do total de sócios fundadores, em situação regular para com o **CENTRO VIDA NORDESTE**.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES ELEITORAIS

Art. 31. O Diretor Presidente em exercício, noventa (90) dias antes de concluir seu mandato deverá anunciar a data da celebração das eleições, que deverá ser

09

precedida da inscrição das chapas, até trinta (30) dias antes do evento.

Parágrafo único. A inscrição das chapas será feita por escrito, em petição dirigida ao Diretor Presidente, contendo o nome e a qualificação e concordância dos concorrentes para os diversos cargos da Diretoria Executiva.

Art. 32º. Poderão ser votados quaisquer dos sócios fundadores e contribuintes que estejam em situação regular para com o CENTRO VIDA NORDESTE, e que estejam inscritos ao quadro de sócios pelo tempo mínimo de um (60) sessenta dias ou (02) meses, os quais serão votados pelos sócios fundadores que deverão ser em número mínimo correspondente a um terço (1/3) do total destes sócios fundadores, em situação regular para com o CENTRO VIDA NORDESTE.

Art. 33º. As eleições serão procedidas em Assembleia Extraordinária, para tal fim convocada, onde cada sócio fundador terá direito a um (01) voto, que será dado pessoalmente, em uma indepassível, aponto suas assinaturas na lista de votação, cujos votos serão apurados, nesta mesma Assembleia, por uma comissão de três sócios fundadores, eleitos por maioria simples dos mesmos sócios fundadores presentes e que promulgarão o resultado da mesma, declarando como vencedora a chapa que obtiver a maioria absoluta (50%+1) dos votantes aptos, e que, no caso de nenhuma das chapas alcançar o montante legal, fará proceder, na mesma Assembleia, uma nova eleição da qual só participarão as duas (02) chapas mais votadas.

Parágrafo Primeiro - Em caso de, novamente, as duas (02) chapas não obtiverem a maioria absoluta (50%+1) dos votantes aptos, será considerada como vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo Segundo - Não será aceito voto por procuração.

Art. 34º. O voto será obrigatório e secreto, podendo, contudo, à Assembleia decidir, pelo número mínimo correspondente a um terço (1/3) do total de sócios fundadores em situação regular para com o CENTRO VIDA NORDESTE, que a votação seja por aclamação, mediante chamada nominal.

CAPÍTULO VII

Seção I

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 35º. A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- I. Atender aos princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. Publicar, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões

10

- I. negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- II. Realização auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- III. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36º. Os casos omissos nestes Estatutos serão definidos pela Diretoria Executiva "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

Art. 37º. A Instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a colir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 38º. Não constitui patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social;

Art. 39º. O Centro Vida Nordeste deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas.

Art. 40º. Este estatuto foi Registrado no Cartório de Títulos e Documentos no Livro B-3, sob o n.º 737, fls. 71, na data 08.03.1999, na cidade de Sumé - Pb.

Art. 41º. Compareceu ao presente ato a Bel. Sheila Taruza dos Santos Vasconcelos, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita à OAB/PB sob n.º 7.238, com endereço profissional à Av. Ananiano Ramos, s/n - Centro da cidade de Prata, Estado da Paraíba, portador do CPF sob n.º 622.272.204-06, em cumprimento ao disposto ao #2º, do art. 1º, da Lei n.º 8.906, de 04 de Julho de 1994.

Art. 42º. O presente Estatuto teve suas modificações aprovadas em Assembleia Geral extraordinária, especificamente convocada para este fim, em 12.10.2004.

11

Art. 43º: O presente Estatuto teve suas modificações aprovadas em Assembleia Geral extraordinária, especificamente convocada para este fim, em 03 de Janeiro de 2007, para adequar-se ao novo Código Civil Lei n.º 10.406/02, de 10/01/2002 e Lei n.º 11.127/05, de 28/06/2005.

Luzimario F. de Almeida
LÚZIMARIO FERRÊIRA DE ALMEIDA
Diretor Presidente

Antonia Prícila Sousa de Lima
ANTONIA PRÍCILA SOUSA DE LIMA
Diretor Secretário

Luciana de Paula Clemente
LUCIANA DE PAULA CLEMENTE
Diretor Financeiro

CARTÓRIO NOTARIAL E REGISTRAL
Tabelião Titular: Marcel Nunes de Faria
Tabelião Substituto: ALCIENE BRITO DA SILVA
R. Ananiano Ramos Galvão, 106 - Prata - PB.
CEP 583.000
CNPJ 16.005.820/0001-27

Registro sob número 119, do Livro B-3
N.º 01, Pessoas Jurídicas de
Registro Títulos e Documentos
Prata, 03 de Janeiro de 2007.
Alcine Brito da Silva
O OFICIAL
Alcine Brito da Silva
Tabelia Substituta
CPF 583.387.054-20

12

APÊNDICE B – Instrumento de Coleta de Dados

Instrumento de Coleta de Dados

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO JUNTO A POPULAÇÃO USUÁRIA DA ONG

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

DATA: _____ PESQUISADOR: _____ LOCALIDADE: _____

NOME: _____

GENERO: _____

FAIXA ETARIA (IDADE) _____ Nº DE PESSOAS RESIDENTES NA CASA: _____

1. SITUAÇÃO ESCOLAR Alfabetizado () sim () não a) 1º Grau incompleto () e) 2º Grau completo () b) 1º Grau completo () d) 3º Grau completo ()		2. Local onde reside () Cidade () Meio rural A quanto tempo? _____	
3. FONTE DE RENDA a) Aposentadoria () d) Autônomo () g) Mineração () b) Trabalho assalariado () e) Agricultura () h) Dependente () c) Renda enviada por parente () f) Pecuária () i) Outro: _____		4. RECURSOS EXISTENTES a) Energia elétrica () d) Fogão gás () b) Água encanada () e) Geladeira () c) Sanitário na casa () f) Antena parabólica ()	
5. ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
5.1. Armazenamento de água das chuvas a) Caixa d'água () b) Cisternas () c) Açudes () d) Outro: _____		5.2. Fonte principal de água a) Poço amazonas () b) Poço tubular () c) Açude () d) Outro: _____	
5.3. Forma de abastecimento domiciliar a) Lata () d) Encanada () b) Animais () e) Carroça c) Carro pipa () f) Outro: _____			
6. UTILIZAÇÃO DA CAATINGA			
a) Lenha (uso doméstico) () b) Lenha (carvão) () c) Lenha (olaria) ()		d) Lenha (venda) () e) Cerca () f) Outro: _____	
g) Frutos () h) Sementes () i) Plantas medicinais ()		Quais: _____ Quais: _____ Quais: _____	
7. MANEJO DA CAATINGA			
7.1. Realização de manejo da caatinga Sim () Não () Ocasionalmente () a) Raleamento () b) Queima de espécies cactáceas () c) Plantio de palma () d) Plantio de outras espécies forrageiras ()		7.2. Área destinada à reserva ambiental Sim () Não () Tamanho da área: _____	
8. PECUÁRIA			
8.1. Tamanho dos rebanhos			
a) Pequeno - até 25 cabeças () b) Médio - de 26 a 50 cabeças () c) Grande - acima de 50 cabeças ()			
8.2. Suporte alimentar na estação seca: a) Concentrado () b) Feno () c) Silagem () d) Outro: _____ e) Não tem ()			
8.3. Utilização de esterco nos roçados ou capineiras: Sim () Não () Esterco de que animal: _____			
8.4. Pressão de pastejo (Nº de animais/ha): _____			
9. ARMAZENAMENTO DA ALIMENTAÇÃO ANIMAL			
Sim () Não () a) Estoque para um ano () b) Estoque para mais de um ano ()			
10. REDUÇÃO DOS REBANHOS NA ÉPOCA SECA			
Sim () Não () a) Antes das estiagens () b) Durante as estiagens ()			
11. ESPÉCIES VEGETAIS DE MAIOR UTILIZAÇÃO ANIMAL			
a) Palmatória () b) Faxeiro () c) Mandacaru () d) Faveleira () e) Xique-xique () f) Marmeleiro () g) Maniçoba () h) Pinhão () i) Catingueira () j) Pereiro () k) Umbuzeiro () l) Mofumbo () m) Jurema preta () n) Jurema branca () o) Outro: _____			
12. ATUAÇÃO DA ONG Centro Vida Nordeste			
Você conhece a ONG Centro Vida Nordeste?		() Sim () Não A quanto tempo? _____	
Como você tomou conhecimento da existência da ONG Centro Vida Nordeste?		() Visita () Convite () Informação de pessoas () Divulgação pelo radio () outro tipo	

Você já visitou a ONG Centro Vida Nordeste?	() Sim () Não Quantas vezes? _____	
Já fez algum tipo de curso na ONG Centro Vida Nordeste?	() Sim () Não Qual (is)? _____	
Você já ajudou na execução de alguma atividade ONG Centro Vida Nordeste?	() Sim () Não Qual (is)? _____	
Numa escala de 0 a 10, como você avalia a atuação da ONG Centro Vida Nordeste na região	Valor _____	
Já adquiriu algum produto produzido pela ONG Centro Vida Nordeste?	() Sim () Não	
Como você avalia a atuação da ONG Centro Vida Nordeste na região?	() Ótima () Boa () regular () Ruim () Indiferente	
Você acha que a ONG Centro Vida Nordeste contribui para a preservação da Caatinga?	() Sim () Não De que forma? _____	
Você conhece alguma propriedade que vem recebendo contribuição técnica da ONG CVN?	() Sim () Não Qual (is)? _____	

9 - Anexos



Foto 1: Produzidos na ONG



Foto 2: Estudantes pesquisam a ONG

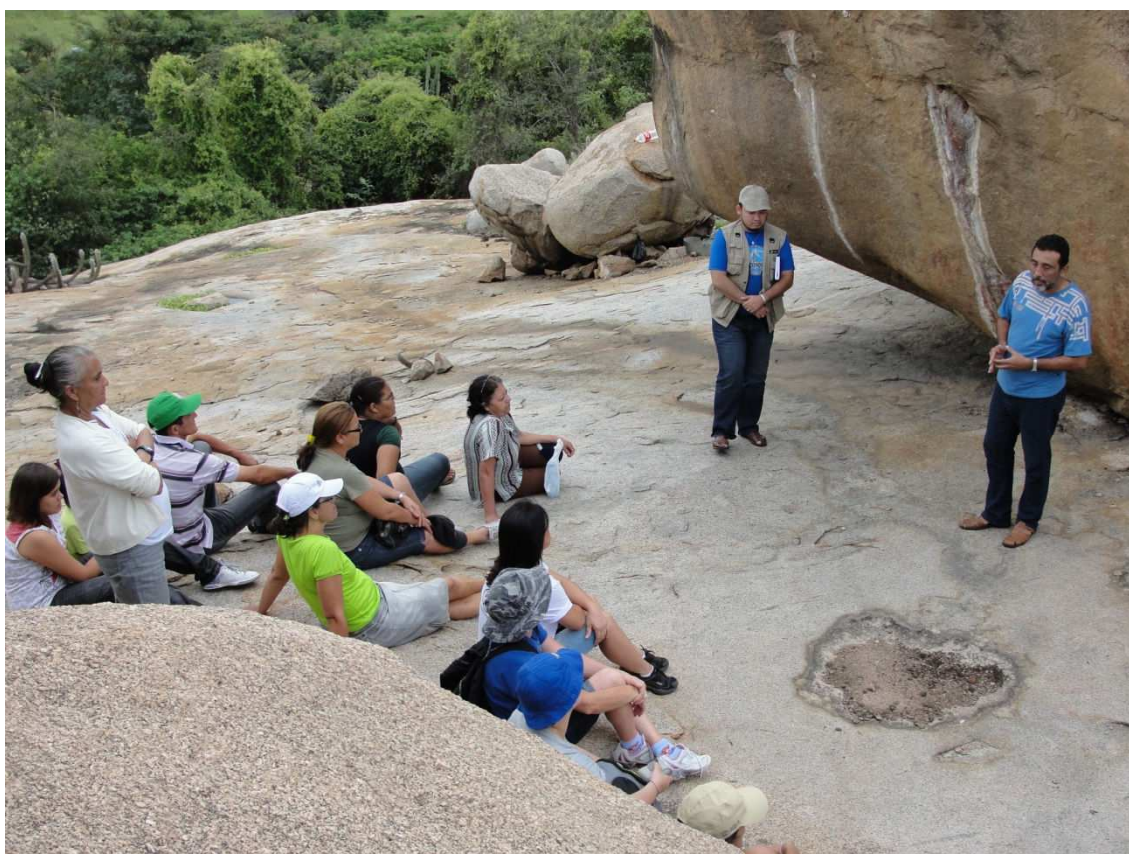


Foto 3: Oficinas



Foto 4: Oficinas



Foto 5: Oficinas



Foto 6: Oficinas



foto 7: Oficinas

OBJETIVOS:**DO HOMEM**

- Resgatar a dignidade do homem nordestino;
- Promover a educação e a saúde da criança nordestina;
- Evitar o trabalho infantil;
- Promover o desenvolvimento econômico e social do homem nordestino;
- Promover a convivência razoável do homem com as secas;

DO MEIO AMBIENTE

- Promover a fiscalização ambiental;
- Conservação da Biodiversidade e dos Ecossistemas;
- Promoção da Educação Ambiental;
- Evitar a degradação ambiental;

DA FAUNA

- Criação de um banco genético de espécies nativas animais;
- Proteção à fauna;
- Criação de animais em extinção ou em risco de extinção, para reprodução, estudo, avaliação e sua ulterior liberação em seu ambiente natural;

DA FLORA

- Criação de um banco genético de espécies nativas vegetais;
- Proteção à flora;

DOS BENS CULTURAIS E IMATERIAIS

- Promover a arte e a cultura;
- Promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

DOS ASSUNTOS DIVERSOS

- Promover o desenvolvimento sustentável do Semiárido;
- Promover o manejo integrado da Caatinga;
- Promover a racionalização do uso do solo e da água;
- Promover a recuperação de áreas degradadas;
- Impedir o avanço da desertificação.

O Centro de Realizações Sociais e Ecológicas Vida Nordeste possui Estatuto Social, aprovado pela assembléia geral de constituição realizada no dia 26 de outubro de 1998 (Ver em Apêndice A).

Centro de realizações sociais e ecológicas vida nordeste – centro e vida nordeste

Fundado em 26 de outubro de 1998.

1. Inscrito no CNPJ/MF n.º: 03.025.473/0001-31

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ - Ministério da Fazenda - MF

2. Reconhecido de Utilidade Pública Municipal**3. Cadastrada no C.M.A.S**

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

4. Reconhecido de Utilidade Pública Estadual**5. Cadastrada no MMA/CONAMA/CNEA**

MMA – Ministério do Meio Ambiente - CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente - CNEA – Cadastro Nacional Entidades Ambientalistas

6. Reconhecido de Utilidade Pública Federal

MJ – Ministério da Justiça

7. Registrado no MDS/CNAS

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - CNAS
Conselho Nacional de Assistência Social

8. Registrado no CREA

CREA – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia.

9. Inscrição Municipal n.º: 102199-0

CREA – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia.

10. Inscrição Estadual n.º: 16.151.946-6

CMDCA – Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente.

11. Credenciada como entidade prestadora de Ater pelo MDA

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural - MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

12. Cadastro no SIREF

Governo do Estado da Paraíba - Programa de Qualidade e Controle Social